



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA**  
**COMUNICACIÓN**  
**MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA**  
**PELOS DOCENTES QUE LECIONAM NA 1º ETAPA EJA DA**  
**ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ NO INSTITUTO DE**  
**ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA MASCULINO DO**  
**ESTADO DO AMAPÁ-IAPEN.**

Elíza Santos Soares Ribeiro

**Asunción, Paraguay**

**2023**

Elíuza Santos Soares Ribeiro

**ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA  
PELOS DOCENTES QUE LECIONAM NA 1º ETAPA EJA DA  
ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ NO INSTITUTO DE  
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA MASCULINO DO  
ESTADO DO AMAPÁ-IAPEN.**

Tesis preparada a la Universidad Autónoma de  
Asunción como requisito parcial para la obtención  
del título de master em ciências de la educación.

Orientadora: Profesora Dr<sup>a</sup>. Daniela Ruíz Díaz M.

**Asunción, Paraguay**

**2023**

Ribeiro, Elíza. 2023.

**Análise da Prática Pedagógica Desenvolvida pelos Docentes que Lecionam na 1ª Etapa  
EJA da Escola Estadual São José no Instituto de Administração Penitenciária  
Masculino do Amapá- IAPEN**

103 páginas da tese.

Tutora: Daniela Ruíz Díaz M.

Universidad Autónoma de Asunción, 2023.

Elíuza Santos Soares Ribeiro

**ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA  
PELOS DOCENTES QUE LECIONAM NA 1º ETAPA EJA  
DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ NO INSTITUTO DE  
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA MASCULINO DO  
ESTADO DO AMAPÁ-IAPEN.**

Esta tesis fue evaluada y aprobada en fecha \_\_/\_\_/\_\_ para la  
obtención del título de Máster en Ciencias de la Educación por la  
Universidad Autónoma de Asunción

---

---

---

Asunción, Paraguay

2023

Em memória para Ivan Pacheco Ribeiro,  
eterno, esposo, companheiro e amigo.

Agradeço a todos os Mestres da UAA, a tutora Dr<sup>o</sup>. Daniele Ruiz Diaz e a minha família, em especial ao meus filhos, Luiz Eduardo, Luiz Antônio e Sara Lívia que me apoiaram durante a realização desse trabalho de conclusão de curso.

Epígrafe

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela  
tampouco a sociedade muda. (FREIRE, P. 1980, p.67)

## **RESUMO**

Este estudo teve como objetivo analisar a Prática Pedagógica exercida por professores que lecionam na 1ª etapa da modalidade Educação de Jovens e Adultos-EJA da Escola Estadual São José, que está localizada dentro do Instituto de Administração Penitenciária Masculina do Amapá-IAPEN. O desenho metodológico foi não experimental, com escopo descritivo e abordagem qualitativa. O objetivo geral foi analisar as necessidades de formação para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, o aprimoramento da prática docente para a educação prisional inclusiva. Em relação ao aprimoramento e desenvolvimento da prática pedagógica, vale destacar que, embora seja desenvolvida no ambiente penitenciário, pode colaborar positivamente na construção da autonomia de pensamento e ação, ampliando a possibilidade de participação social e desenvolvimento mental dos o estudante que está na prisão Em outra perspectiva, ao considerar todas as limitações da escola no espaço penitenciário, como a peculiaridade, a complexidade e a relação entre segurança e educação em um mesmo contexto, foi necessário aliar a observação, o registro, a análise construtiva e reflexiva das políticas e processos de escolarização no sistema prisional, contrastando com a irrelevância e invisibilidade da educação nas prisões. As conclusões obtidas são as seguintes que o professor pertencente ao corpo docente da EESJ, tem percepções da eficácia derivada da prática pedagógica como ferramenta eficaz na construção da autonomia de pensamento e ação, ampliando a possibilidade de participação social e desenvolvimento psíquico, formando alunos que estão na prisão.

**Palavras Chaves:** 1. Educação. 2.Pratica Pedagógica 3.Sistema Prisional



## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the Pedagogical Practice carried out by teachers who teach in the 1st stage of the Youth and Adult Education-EJA modality at the São José State School, which is located within the Institute of Male Penitentiary Administration of Amapá-IAPEN. The methodological design was non-experimental, with a descriptive scope and a qualitative approach. The general objective was to analyze the training needs for the development of pedagogical practices, the improvement of teaching practice for inclusive prison education. Regarding the improvement and development of pedagogical practice, it is worth noting that, although it is developed in the penitentiary environment, it can positively collaborate in the construction of autonomy of thought and action, expanding the possibility of social participation and mental development of the student who is in prison. From another perspective, when considering all the limitations of the school in the penitentiary space, such as the peculiarity, the complexity and the relationship between security and education in the same context, it was necessary to combine observation, recording, constructive and reflective analysis of policies and processes of schooling in the prison system, contrasting with the irrelevance and invisibility of education in prisons. The conclusions obtained are as follows that the professor belonging to the faculty of the EESJ, has perceptions of the effectiveness derived from the pedagogical practice as an effective tool in the construction of the autonomy of thought and action, expanding the possibility of social participation and psychic development, forming students who are in prison.

**Keywords:** 1. Education. 2.Pedagogical Practice 3.Prison System

## **RESUMEN**

Este estudio se propuso analizar la Práctica Pedagógica ejercida por los profesores que enseñan en la 1ª etapa de la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos-EJA en la Escuela Estadual São José, que se encuentra dentro del Instituto de Administração Penitenciária Masculino do Amapá-IAPEN. El diseño metodológico fue no experimental, de alcance descriptivos y enfoque cualitativo. El objetivo general fue analizar las necesidades formativas para el desarrollo de prácticas pedagógicas, la mejora de la práctica docente para una educación penitenciaria inclusiva. En cuanto al perfeccionamiento y desarrollo de la práctica pedagógica, cabe mencionar que, aunque se desarrolle en el medio penitenciario, puede colaborar positivamente en la construcción de la autonomía de pensamiento y acción, ampliando la posibilidad de participación social y desarrollo mental del estudiante que está en prisión. En otra perspectiva, al considerar todas las limitaciones de la escuela en el espacio penitenciario, como la peculiaridad, la complejidad y la relación entre seguridad y educación en un mismo contexto, fue necesario combinar como técnica de recolección de datos la observación, el registro, el análisis constructivo y reflexivo sobre las políticas y procesos de escolarización en el sistema penitenciario, contrastando con la irrelevancia e invisibilidad de la educación en las cárceles. Las conclusiones obtenidas son las siguientes que el docente perteneciente al cuerpo docente de la EESJ, tiene percepciones de la eficacia derivada de la práctica pedagógica como herramienta eficaz en la construcción de la autonomía de pensamiento y acción, ampliando la posibilidad de participación social y desarrollo psíquico, capacitando a los estudiantes que son en prisión.

**Palabras clave:** 1. Educación. 2.Práctica Pedagógica 3.Sistema Penitenciario

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>viii</b>
<b>RESUMEN</b> .....	<b>ix</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>xii</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>xiiiv</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>xv</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>xvi</b>
<b>LISTA DE ANEXOS</b> .....	<b>xvii</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>xviii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 História, Conceito e Legislações .....	5
1.2 Educação no Sistema Prisional como Política Pública.....	10
<b>CAPÍTULO 2: CONTEXTO PRISIONAL ESCOLA E PRISÃO</b> .....	<b>14</b>
2.1 Histórico do Instituto de Administração Penitenciário do Amapá-IAPEN.....	16
2.2 Implantação da Educação formal no Instituto de Administração Penitenciário do Amapá-IAPEN .....	17
2.3 Histórico da Escola Estadual São José – EESJ.....	20
<b>CAPÍTULO 3: PRÁXIS DOCENTE NO SISTEMA PRISIONAL-IAPEN</b> .....	<b>24</b>
3.1 Linha Pedagógica, diversidade e (Re)Inserção Social.....	25
3.2 Aprendizagem, Índice de aprovação e reprovação.....	29
<b>CAPÍTULO 4: METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>32</b>
4.1 Caracterização do Universo da Pesquisa.....	32
4.2 População e Amostra .....	34
4.3 Descrição local da pesquisa.....	345
4.5 Problema da Investigação .....	356
4.6 Objetivo Geral da Pesquisa.....	356
4.7 Objetivos Específicos da Pesquisa.....	366
4.8 Técnica de Relação de Dados .....	367
4.9 Validação da Pesquisa .....	377
<b>CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>378</b>
5.1 Perfil dos Docentes da EESJ.....	39
5.2 Perfil dos Discentes da EESJ.....	41

5.3 Práticas Pedagógicas utilizadas pelos Docentes para a Qualificação, Diversidade e Inserção Social da EESJ.....	47
5.4 Índice de Rendimento Escolar das Modalidades de Ensino da EESJ-IAPEN.....	54
<b>CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1	Índice de aprovação, reprovação e evasão da EESJ	31
----------	--------------------------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Faixa Etária do Docentes da EESJ-IAPEN	41
GRÁFICO 2	Gênero dos Docentes do EESJ-IAPEN	42
GRÁFICO 3	Formação Acadêmica dos Docentes da EESJ-IAPEN	42
GRÁFICO 4	Tempo de Atuação no Magistério dos Docentes da EESJ-IAPEN	43
GRÁFICO 5	Idade dos Alunos da EESJ-IAPEN	44
GRÁFICO 6	Cor dos Alunos da EESJ-IAPEN	44
GRÁFICO 7	Naturalidade dos Alunos da EESJ-IAPEN	45
GRÁFICO 8	Estado Civil dos Alunos da EESJ-IAPEN	45
GRÁFICO 9	Grau de Instrução dos Alunos da EESJ-IAPEN	46
GRÁFICO 10	Religião dos Alunos da EESJ-IAPEN	46
GRÁFICO 11	Profissão dos Alunos da EESJ-IAPEN	47
GRÁFICO 12	Situação Profissional dos Alunos da EESJ-IAPEN antes da Reclusão	47
GRÁFICO 13	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN sobre o Relacionamento na Escola	48
GRÁFICO 14	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN da Classificação de Aspectos da Escola	48
GRÁFICO 15	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN da Atuação dos Docentes	49
GRÁFICO 16	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN da sua Atuação como Discente	49
GRÁFICO 17	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN em Relação a seu Aprendizado	50
GRÁFICO 18	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN em Relação a seu Ano Escolar	50
GRÁFICO 19	Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN sobre o Estudo em seu Futuro	51
GRÁFICO 20	Plano de Ensino na EESJ-IAPEN	52
GRÁFICO 21	Prática Pedagógica e Diversidade do Ensino na EESJ-IAPEN	53
GRÁFICO 22	Prática Pedagógica e a Proposta Educacional da EJA na EESJ-IAPEN	53

GRÁFICO 23	Prática Pedagógica e Qualificação Do Ensino na EESJ-IAPEN	54
GRÁFICO 24	Prática Pedagógica e Ações de (Re)Inserção	55
GRÁFICO 25	Prática Pedagógica e Formação Docente na EESJ-IAPEN	55
GRÁFICO 26	Prática Pedagógica e Carga Horária na EESJ-IAPEN	56
GRÁFICO 27	Prática Pedagógica, Gestão e Estudos Contínuos na EESJ-IAPEN	57
GRÁFICO 28	Diagnóstico e Promoção Do Ensino na EESJ	57
GRÁFICO 29	Avaliação no Processo de Ensino na EESJ-IAPEN	58
GRÁFICO 30	Logística e Revisão de Avaliação na EESJ-IAPEN	58
GRÁFICO 31	Estratégia e Acompanhamento de Atividades Propostas da EESJ-IAPEN	59
GRÁFICO 32	1ª Etapa do Ensino Fundamental I – EJA da EESJ-IAPEN	60
GRÁFICO 33	2ª Etapa do Ensino Fundamental-I EJA da EESJ-IAPEN	60
GRÁFICO 34	3ª Etapa do Ensino Fundamental-I EJA da EESJ-IAPEN	61
GRÁFICO 35	4ª Etapa do Ensino Fundamental-I EJA da EESJ-IAPEN	61
GRÁFICO 36	1ª Etapa do Ensino Médio EJA da EESJ-IAPEN	62

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1	Projeto Família	27
FIGURA 2	Projeto Cidadania	28
FIGURA 3	Matriz de Diagnostico de Políticas Públicas Educacionais	30
FIGURA 4	Etapas da EJA-Ensino Médio no IAPEN	34



## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1	Ações da Educação formal no Sistema Prisional Amapaense	19
QUADRO 2	Docentes da EESJ - Ensino fundamental I-EJA-IAPEN	40
QUADRO 3	Ensino Fundamental - II e Ensino Médio EESJ-IAPEN	40

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO 1	Questionário Aplicado aos Alunos da EESJ-IAPEN	70
ANEXO 2	Questionário Aplicado aos Docentes da EESJ-IAPEN	75
ANEXO 3	Imagem 1: EJA no IAPEN	79
ANEXO 4	Imagem 2: Docentes EJA no IAPEN	80
ANEXO 5	Imagem 3: Materiais Didáticos da EJA no IAPEN	81
ANEXO 6	Imagem 4: Discentes da EJA no IAPEN	82
ANEXO 7	Imagem 5: Instituto de Administração Penitenciária do Amapá-IAPEN	83

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CERES	Centro Educacional de Ressocialização
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
COPEN.	Complexo Penitenciário
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESSJ	Escola Estadual São José
FAMA	Faculdade de Macapá
IAPEN	Instituto de Administração Penitenciário do Amapá
IPA	Instituto Penal Amapaense
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEJA	Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
PEEPA	Plano Estadual da Educação nas Prisões do Amapá
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEAD	Secretaria de Administração do Estado
SEED	Secretaria de Estado de Educação
SESI	Serviço Nacional da Indústria
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
UNAEP	Unidade de Assistência Escolar e Profissionalizante
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
VEP	Vara de Execuções Penais

## INTRODUÇÃO

A presente tese intitulada Análise da Prática Pedagógica desenvolvida pelos docentes que lecionam na 1º etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola São José no Instituto de Administração Penitenciário do Amapá (IAPEN), tem como finalidade investigar como é desenvolvida a prática pedagógica na 1ª etapa do ensino fundamental EJA na Escola Estadual São José-EESJ e se atende às expectativas necessárias para o desenvolvimento das habilidades educacionais dos alunos reclusos no IAPEN.

No contexto do referido estudo, falar de educação no sistema penal, pode-se dizer que é referir-se à reconstrução, resgate da cidadania e reinserção social, uma vez que se percebe que o conceito de construir conceitos e valores são primordiais para um novo projeto de vida do indivíduo.

A especificidade da Educação em espaço prisionais será sem dúvidas ajudar o detento a identificar e hierarquizar as aprendizagens para lhes dar um sentido para que possam lhe oferecer possibilidades de escolhas com conhecimento de causa para que a faculdade de escolher reencontre seu campo de ação, a saber o eu aprisionado é somente por um certo tempo. (Marc de Mayer, 2006 p.39)

É válido ressaltar a importância do aprofundamento teórico e reflexivo acerca das possibilidades e limitações educacionais no sistema penal, no qual nos remete a compreender a real função da educação no contexto da prisão e o que realmente representa a escola para o aluno encarcerado no processo de reinserção social, bem como as ações pedagógicas desenvolvidas no cárcere.

Em virtude da peculiaridade da temática e do ambiente a ser estudado, ressalta-se que a ESSJ está localizada no interior do IAPEN, no qual se faz necessário aprimorar a amplitude de aplicação da pesquisa, afim de conhecer as concepções pedagógicas e as possibilidades que leve a construção da autonomia do indivíduo mesmo com a interferência da cultura prisional.

Contudo, para a realização do estudo, tomou-se como fundamentação os teórico educacionais, a, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou Lei nº 9.394/1996, entre outros referenciais que tratam da temática proposta de forma reflexiva e investigativa.

Com base na concepção histórico que norteia o direito a educação, previsto no artigo 17 da Lei de Execução Penal 7.210/84 e que compreende a assistência educacional referida à pessoa que cumpre pena privativa de liberdade, busca-se através desta pesquisa proporcionar uma reflexão construtiva com aprofundamento técnico científico sobre as relações que se estabelece entre docente, discente e sociedade sob a relevância da cultura vivenciada em virtude do encarceramento.

Procura-se evidenciar a importância da educação para todos os cidadãos, tanto livres, como aqueles que estão presos, constituindo-se como direito de todos e dever do Estado, uma vez que a Constituição Federal em seu art. 205 estabelece a educação, ninguém poderá ser excluído dela, sendo que o acesso à educação é um direito de todo brasileiro inclusive as pessoas que se encontram reclusas no sistema penal.

Freire (1980) aponta como característica principal da existência humana, a sua condição de inacabamento e a capacidade que tem de reconhecer e transformar essa condição, através do processo educativo.

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. (Freire, 1980, p. 32).

Desta maneira, é válido mencionar que a prática pedagógica, mesmo sendo desenvolvida no âmbito prisional poderá colaborar positivamente na construção da autonomia de pensamento, de ação e humanização, ampliando a possibilidade de participação social e desenvolvimento mental, capacitando os alunos que se encontram no cárcere a exercerem seu papel de cidadão durante e depois do cumprimento da pena.

Com isso, acredita-se na consolidação da educação como principal mecanismo de reintegração social em que a promoção de uma intervenção pedagógica com metodologias de ensino mais significativa, poderá promover ações educacionais intrinsecamente ligadas à formação ética social e cultural do indivíduo apenado, podendo ser considerada muito além de uma simples metodologia docente com a proposta somente repassar ou transmitir os saberes específicos da educação formal institucionalizada no espaço carcerário.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos, sendo que o primeiro trata da Educação no Sistema Prisional Brasileiro elencando a História, Conceito e legislações. O segundo capítulo refere-se ao Contexto Escola e Prisão enfatizando o Sistema Penal

Masculino do Amapá e histórico da EESJ, a partir da participação colaborativa do corpo técnico pedagógico, docentes e alunos apenados.

Em busca do aprofundamento teórico e reflexivo acerca das possibilidades e limitações do processo educativo, o terceiro capítulo trata acerca da práxis docente no sistema penal e de que forma a ação docente pedagógica, a influência da cultura prisional, metodologia de ensino e qualificação do ensino, poderá contribuir positivamente no processo de ensino aprendizagem do aluno custodiado no IAPEN. Já no quarto capítulo descreve a fundamentação metodológica e o quinto capítulo expõe análise de dados que serão considerados os aspectos qualitativos e quantitativos coletados junto aos entrevistados corpo docente e discente do sistema penal, cujo posteriormente serão colocados em tabulação e análise nos quais comparados com a teoria abordada na fundamentação teórica, objetivando compreendermos os aspectos educacionais no âmbito do Sistema Prisional Amapaense e de que forma o sistema está organizado em nosso País.

## **CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

Para compreender a história da educação nas penitenciárias do Brasil, é necessário primeiramente conhecer a origem do sistema prisional brasileiro, que ao longo do tempo, sofreu diversas transformações na tentativa de acompanhar os processos do ordenamento jurídico brasileiro como um todo que, de certa forma influenciaram para o atual modelo do direito penal brasileiro.

O mecanismo do sistema prisional brasileiro foi marcado através da Carta Régia de 08 de julho de 1796, que aponta para relacionamento de políticas públicas na área penal que determinou a construção da Casa de Correção da Corte em 1834 na capital do país, na época o Rio de Janeiro, sendo que sua inauguração ocorreu somente em 06 de julho de 1850, sendo que, na década de 70, a Casa de Correção da Corte passou a se chamar Penitenciária Lemos Brito e somente após 156 anos, no ano de 2006, teve as suas atividades encerradas e atualmente integra o Complexo de Gericinó, onde são localizadas as unidades prisionais de segurança máxima.

Numa perspectiva histórica e teórica, vale apenas mencionar que foi somente no século XX que se percebeu que a população carcerária no Brasil era pouco instruída e não atingia níveis altos quando o assunto era educação formal, por volta de 1950, o sistema penitenciário começa a incorporar a questão educacional.

Contudo, a relevância de promover a educação no cárcere, pode até ser considerada uma tentativa de minimizar a desigualdade social, especialmente no que se refere à sujeitos que se encontram privados de liberdade, porém se apresenta sobretudo como um meio de consolidar o processo de ressocialização no espaço carcerário e assumir o status de direito humano e parte integrante da dignidade do indivíduo.

Embora, o sujeito que cumpre pena privativa de liberdade não exerça amplamente a sua cidadania e sua autonomia, observa-se quando este, pretende realmente mudar sua condição humana, não espera passivamente o cumprimento da sentença, ao contrário envolve-se ao sistema social da penitenciária e luta para obter as vantagens disponíveis e repelir os males passíveis. (Thompson, 1980, p.64).

Com isso, pressupõe romper as concepções preconceituosas referentes ao aluno apenado e promover o exercício da competência técnico-científica às práticas educacionais como meio de construir no espaço carcerário um ambiente favorável à

produção de conhecimento onde o medo e os rótulos em torno do indivíduo podem ser desvelados.

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988 e consagrado na legislação internacional. No entanto, quando se trata da população encarcerada, tal direito parece não ter o mesmo grau de reconhecimento. Se é fato que as camadas pobres da população são privadas de vários direitos, entre eles, o direito a uma educação de qualidade, essa realidade torna-se ainda mais contundente em se tratando de pessoas condenadas pelo sistema de justiça penal brasileiro.

No Brasil o Sistema Penitenciário nacional está dividida entre a União e os Estados, assim o Sistema Penitenciário Federal de responsabilidade da União e os Sistemas Penitenciários Estaduais de responsabilidade de cada ente da Federação.

Os Estados da Federação possuem seus Sistemas Penitenciários organizados em Agências ou Departamentos, normalmente subordinados a Secretarias de Segurança Pública e Justiça, Secretarias de Justiça, Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social, Secretaria de Estado de Defesa Social e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

No Estado do Amapá, o Sistema Penal é uma Autarquia administrada diretamente pela Secretaria de Administração do Estado-SEAD, como no caso, ainda não se tem no Estado uma Secretaria de Administração Penitenciária que possa tratar de Políticas Públicas voltadas diretamente para o Sistema penal amapaense.

No art. 8 da LDBEN, diz que cabe ao poder público, desenvolver medidas que possa atender o direito de todo brasileiro à educação inclusive para a pessoa privativa de liberdade no sistema penal, contudo o contexto prisional apresenta aparentes antíteses e contradições para o desenvolvimento do processo educativo.

Portanto, vale salientar que, a abrangência do direito à educação incluiu a disponibilidade, acessibilidade, adaptabilidade e aceitabilidade, nenhum texto jurídico prevê a perda do direito, o que é mais importante, esta perda não é uma exigência da privação da liberdade e sim um direito de todo o cidadão ter acesso a educação.

### **1.1 História, Conceito e Legislações**

Com o advento da República, houve um novo Código, de 1890, suas penas eram mais brandas do que as do Código Criminal do Império. Contudo, ainda com ações de repressão e segregação social, o que, até o presente momento ainda existem no sistema Brasileiro.



Com a Constituição Federal de 1934, foi extinta a pena de morte, bem como a pena perpétua. Em 1940, entrou em vigor o Código Penal e em 1946, outra Constituição Federal entrou em vigência, dessa vez, trazendo a individualização da pena e com o golpe militar de 1964, não houve alterações das leis penais.

Em 1984, houve uma reforma do Código Penal de 1940, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e no momento surgiu a necessidade de adequar o Código Penal ao texto constitucional.

Takada (2010) destaca os requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direito. Foi somente no século XX que se apercebeu que a população carcerária, devido à segregação social era pouco instruída e não atingia níveis altos quando o assunto era Educação Formal.

Saraiva, Lopes (2011) numa perspectiva histórica e teórica, relata que o processo de instituição da Educação formal dentro do sistema prisional brasileiro foi um reflexo da segunda Guerra Mundial, juntamente com o advento da ideologia liberal e recebimentos de novos suportes teóricos referente a temática.

Estudiosos como Foucault passam a defender a educação como um direito do preso: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma preocupação indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para o detento, ela é a grande força de pensar.” (Foucault, 1987 p. 224)

Os pensamentos, resultaram no Brasil, uma nova concepção do tratamento penitenciário no que concerne à prisão. Então, em solo brasileiro, no século XX, em meados de 1950, foram editadas as Normas Gerais do Regime Penitenciário (Lei nº 3274/57), que dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que destitui o art. 5º, nº XV, letra "b", da Constituição Federal, e amplia as atribuições da Inspeção Geral Penitenciária.

Vasquez, Sanchez (2008), destaca a concepção de educação como direito social “educação é um direito social, garantido constitucionalmente, o qual se compreende como um mecanismo para acabar com a miséria, reduzir a violência e fazer com que a pessoa se transforme, tornando-se mais humana, criando dentro de si a esperança de conquistar novos caminhos”. (Vasquez, 2008 p.114)

Devido as novas concepções referentes ao tratamento penitenciário no que concerne à prisão, diz-se que houve a instauração da educação dentro do sistema prisional, sendo um reflexo do final da Segunda Guerra Mundial, no qual promoveu o advento do ideário liberal e o recebimento de novos aportes teóricos .

Em meados de 1950, foram editadas as Normas Gerais do Regime Penitenciário (Lei nº 3274/57). “As Normas Gerais do Regime Penitenciário foram sancionadas por Juscelino Kubitschek, e apresentavam termos como “educação moral”, “educação intelectual”, “educação física”, “educação artística” e “educação profissional” (Vasquez, 2008, p. 70).

O objetivo seria o de incorporar no cotidiano do cárcere uma educação completa, sem restrições, o que talvez, não foi bem consolidado, por falta de uma organização técnica eficiente, o que atualmente se conecta com a realidade nacional de descaso com os presídios brasileiros.

De acordo com a legislação brasileira a responsabilidade de discutir sobre políticas de inclusão é o Estado. Tais políticas não podem existir somente na teoria, mas devem criar mecanismos para a efetivação de inclusão social, cultural e econômica.

Oliveira (2013) faz relato em relação às políticas de educação escolar nas prisões brasileiras e ressalta:

O caráter complexo de organização e funcionamento das políticas de educação prisional se realizam a partir da articulação do Sistema de Educação com o Sistema Penitenciário (Ministério da Educação com o Ministério da Justiça, Secretarias Estaduais de Educação e Secretarias de Defesa Social ou Administração Prisional) além de órgãos integrantes desses sistemas, como os presídios e as penitenciárias, que por sua vez, articula se com o sistema de justiça penal e com a sociedade. (Oliveira 2013, p. 957).

Scarfó, Breglia e Frejtman (2011) sustentam que a educação em prisões é um direito com impacto social favorável.

A educação em prisões não é um [...] “dispositivo de tratamento” ou uma “ação terapêutica”, mas um direito que tem “impacto favorável sobre a melhoria da qualidade de vida dos(as) detentos(as) não somente enquanto dura seu aprisionamento, mas também na sua volta à sociedade e ao exercício de maiores e melhores direitos. (Scarfó, Breglia e Frejtman, 2011, p. 151).

Silva e Moreira (2011, p. 92) são enfáticos em afirmar que o papel da educação dentro da prisão. “O papel da educação em prisões deve ser exclusivamente o de ajudar o ser humano privado da liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em

melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas”. (Silva e Moreira, 2011, p. 92)

A Constituição Federal de 1988, tida como a mais democrática e cidadã de todas as Constituições brasileiras, traz, já em seus fundamentos, base para a compreensão de que a educação no cárcere é uma questão de direitos humanos fundamentais e sociais.

Art. 1º da CF/88: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I- A Soberania

II- A Cidadania

III- A Dignidade da pessoa humana. (Brasil, 1988)

A Lei nº 7.210/84 de Execução Penal (LEP), trata especificamente sobre a maneira como se deve ser conduzido o cumprimento da pena em estabelecimento penal:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela Lei. (Brasil, 1988)

Nos artigos 10 e 11 da LEP, fica bem claro que é de inteira responsabilidade do Estado assegurar que tais direitos sejam efetivados.

Art. 10 A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11 A assistência será:

I - Material

II- Saúde

III- Jurídica

IV- Educacional

V - Religiosa. (Brasil, 1988)

Por fim a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, traz o seguinte: “Art. 6º. Direitos sociais à educação, a saúde, ao trabalho, a moradia, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na mesma forma desta constituição”.

Trata-se, pois de direito social, o qual exige prestação positiva do Estado, não se pode admitir que o fato de o cidadão estar em cárcere o prive do referido direito, que é irrestrito, tais como a saúde e o trabalho.

No decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011, da Presidência da república, institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional: A presidenta da República, no uso das atribuições que lhe confere:

Art. 84º, incisos IV e VI, A execução penal tem por objetivo efetivar as dispo alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 17 a 21 e § 4º do art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Art. 2º O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

De acordo com a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, o Brasil entre os países com maior taxa de encarceração e segundo o boletim de notícias Conjur (2016), o total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016, quase o dobro do número de vagas (368.049 no mesmo período). Em dezembro de 2014, eram 622.202 presos, o que representa crescimento de mais de 104 mil pessoas em 18 meses, mais de 5,7 mil por mês, em média.

Cerca de 40% dos presos hoje são provisórios, ou seja, ainda não têm condenação judicial. Mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros. Os dados são do levantamento nacional de informações penitenciárias (2012), em Brasília, pelo Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça.

Com isso o Brasil é terceiro país com maior número de pessoas presas, atrás dos Estados Unidos e da China, sendo seguido na quarta colocação pela Rússia. A taxa de presos para cada 100 mil habitantes subiu para 352,6 indivíduos em junho de 2016. Em 2014, era de 306,22 pessoas presas para cada 100 mil habitantes.

Contudo o que se pode observar, é que a população carcerária brasileira apesar das legislações vigentes é constituída por um seguimento social marginalizado, que vem crescendo demasiadamente ano a ano, mas que precisa ser vista com um olhar diferenciado por parte do poder público

## **1.2 Educação no Sistema Prisional como Política Pública**

A educação nas instituições prisionais como política pública, se origina, parcialmente, por conta da exigência constitucional de prestação positiva do Estado para com os cidadãos acerca de diversos direitos, sobretudo, sociais.

Bucci (1997, p. 90) afirma que: “a função estatal de coordenar as ações públicas e privadas para a realização de direitos do cidadão – à saúde, à habitação, à previdência, à educação, legitima-se pelo convencimento da sociedade quanto à necessidade de realização desses direitos sociais.”

Souza, relata sobre o estudo da política pública como um campo do conhecimento, “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.” (Souza, 2006, p. 26)

No contexto de políticas públicas, a Constituição federal garante o direito a educação a todo o cidadão brasileiro também determina como o Estado deve agir para resguardar os referidos direitos.

A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que trata em garantir a paz por meio da cooperação entre as nações, já convocou por cinco vezes a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) (1949, 1960, 1972, 1985 e 1997). Da V CONFINTEA, resultaram dois documentos: a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro, que tratam do direito à educação ao longo da vida.

A Carta de Hamburgo reafirma:

A Educação de Jovens e Adultos, dentro desse contexto, como sendo mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania quanto condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a uma cultura de paz baseada na justiça. (Carta de Hamburgo, 1997)

Destaca-se também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a qual apresenta, entre seus artigos, referências ao direito à educação de forma específica à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, definida no Art. 37, onde: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996).

A partir das orientações da LDBEN, o Conselho Nacional de Educação (CNE)

emite o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da EJA (Parecer CNE/CEB nº. 11/2000) e aprovação da Resolução nº 2/2010, da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação, que estabelece normas de caráter obrigatório a serem observadas pelos sistemas de ensino na oferta de educação formal às pessoas privadas de liberdade, tanto os penalmente sentenciados como os presos provisórios do sistema carcerário brasileiro.

Uma política pública é uma ação do Estado que surge, normalmente, diante da complexidade de alguma situação sob a sua tutela. Nesse passo, o Estado formula programa e avalia essa política, que deve ser planejada levando em conta os fatores econômicos e as possibilidades de solução de problemas sociais.

Contudo, no aspecto prisional, referente aos Estados cada federação é responsável pela tutela do indivíduo preso e com isso, o sistema carcerário é sem sombra de dúvidas um problema social para o Estado.

Dados de 2017 mostram que, atualmente, existem 668.182 presos no Brasil, quando o número de vagas é de apenas 394.835, o que resulta em uma taxa de superlotação de 69,2% (G1, 2017). Por isso, demanda e interferência do Estado em políticas públicas voltada para a instituição penal se fazem necessárias para que mudanças positivas sejam realizadas no sistema carcerário, não só a população de detentos seria beneficiada, como também toda a sociedade.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o perfil da população penitenciária no Brasil, que segundo os dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, a maior parte da massa carcerária do país é composta por jovens com menos de trinta anos e de baixa escolaridade (97% são analfabetos ou semianalfabetos), quase que na totalidade, são pessoas que não tiveram condições de concluir os estudos por razões variadas.

A oferta da educação formal nos espaços prisionais é resultado de uma intensa discussão na sociedade e nos órgãos governamentais, em particular no Ministério da Educação e no Ministério da Justiça, que buscam tornar-se o sistema prisional brasileiro mais humano, garantindo o direito a educação a toda pessoa privada de liberdade no sistema penal.

O implícito reconhecimento de que a educação contribui, positivamente, para a reintegração social da pessoa presa, no entanto, essa tão esperada “ressocialização” que objetiva o Estado, na prática enfrenta desafios antagônicos.

Primeiro porque o que tem sido a principal preocupação do sistema penitenciário

ao receber um indivíduo condenado não é sua reeducação, mas sim a privação da liberdade. Isso é fácil de ser constatado na medida em que analisa-se as estruturas internas e externas da maioria das penitenciárias brasileiras.

Enquanto isso a reincidência criminal cresce a cada dia, e na maioria das vezes constata-se que o indivíduo que deixa o cárcere após o cumprimento de "sua pena", volta a cometer crimes piores do que anterior.

Partindo dessas considerações em que a prisão sem estruturação de políticas públicas para a efetivação do processo de ressocialização, seria um meio que torna o indivíduo mais nocivo ao convívio social, sendo provável constatar que somente a privação da liberdade única exclusivamente não favorece a ressocialização. Desta forma é preciso que seja feito algo no sentido, senão, de resolver, ao menos, de minimizar essa situação enfrentada cotidianamente nos sistemas penitenciários.

Com isso, a eficácia da estruturação de ações direcionadas para educação prisional, se faz necessário o desenvolvimento de programas que trabalhem as práticas educativas no interior do sistema penitenciário, sobretudo, trabalhar para a construção da cidadania do apenado.

Conforme o sociólogo Fernando Salla, “por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar”. (in: Educação, 1999, p. 67)

Diante dos desafios Onofre, aponta;

A construção de uma política pública nacional voltada ao atendimento educacional para as pessoas privadas de liberdade necessita de um grande esforço político e de investimentos na área contemplada. Neste sentido, a cooperação internacional é indicada como de fundamental importância para a elaboração da referida política. Contempla-se que a parceria com a UNESCO possibilitou que os resultados alcançados por meio da interlocução entre os governos se tornassem uma agenda sólida, fomentando novas práticas políticas direcionadas à educação prisional. (Onofre, 2007, p.9)

A construção de uma política pública educacional voltada para o sistema prisional, poderá haver a necessidade de ser realizados diversos eventos, tais como Seminários e ações, além de políticas adjuntas, como o Programa Brasil Alfabetizado, a EJA prisional, bem como o PEESP.

No Amapá, o PEESP foi elaborado em 2014, através de uma Comissão Técnica composta de instituições governamentais e não governamentais envolvidas com os setores pertinentes à elaboração de ações no que se refere à educação e política de ressocialização, sendo os participantes diretos: Universidade Federal do Amapá, Vara de Execução Penal, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Conselho da Comunidade, IAPEN e EESJ.

De acordo com o Plano Estadual da Educação nas Prisões do Amapá (PEEPA, 2014) uma vez construído e institucionalizado, visa normatizar uma proposta de melhoramento do sistema educacional em questão, diagnosticando problemáticas local e fazer apontamentos cabíveis para a resolução dos mesmos e ainda para a eficácia e a ampliação da educação prisional no Estado.

Portanto, as políticas públicas em educação prisional evidenciadas no estudo, referenciam os programas e ações elaboradas no âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, cujo um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos inclusive para a pessoa privada de liberdade no contexto prisional escola e prisão que será dissertado no capítulo 2 da presente pesquisa.



## **CAPÍTULO 2: CONTEXTO PRISIONAL ESCOLA E PRISÃO**

Em virtude do contexto histórico, pode-se dizer que, a instauração da educação no ambiente prisional, começa a ser bem mais observada, apesar de Educação e Prisão formar um par incoerente e contraditório por natureza, poderá oferecer a pessoa privada de liberdade uma possibilidade de contar com aprendizados úteis através da educação, ao menos que se considere a repressão e educação como duas faces da mesma moeda, pois um erro não permite outro.

A educação prisional é um direito incluído cuja, na maioria dos ordenamentos sociojurídicos internacionais, o ensino nos institutos penitenciários se torna um forte instrumento para a inserção social e laboral dos condenados, quando, inclui todos os níveis de formação humana.

Assim sendo, a inter-relação entre educação e sistema prisional pode ser considerada primordial, por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal e de reintegração social da pessoa presa, assumindo o status de direito humano como parte integrante da dignidade, do conhecimento, do saber e do discernimento.

Partindo do princípio, é essencial investir nas escolas de educação formal nos sistemas penitenciário, o contato com a educação pode ser um indicativo para estimular a elevação de escolaridade da população privada de liberdade.

Ao estabelecer a educação nas prisões, constitui-se uma estrutura alicerçada em objetivos que devem ser mais do que reconhecer os desafios da reinserção social, necessariamente devem se tornar o fluxo para alcançar a qualidade de ensino e garantir o fortalecimento e respeito pelos direitos humanos no espaço carcerário.

Assim sendo, a assistência educacional se faz um elemento chave para o desenvolvimento educacional no contexto prisional, incluindo aos que buscam formas de reconhecimento e valorização as diferenças.

No sistema prisional o acesso à educação não deve ser entendida como recompensas, vantagem ou benefício, mas sim considerada um processo de profundas mudanças globais, sociais, políticas e econômicas, nas quais tiveram um impacto forte em todos os sistemas penitenciários da federação brasileira.

Embora os sistemas variem, de acordo com suas características culturais, políticas e filosóficas as diferenças entre eles, é notório a tímida participação da população carcerária em atividades educativas, talvez até por ocorrer num meio inerente e hostil frente a suas possibilidades libertadoras.

A educação vem sendo um meio de garantir de forma sistemática a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento tanto intelectual quanto social dos indivíduos privados de liberdade.

Com isso, considerando esta perspectiva na educação prisional, os programas educacionais, por outro lado, veem direcionados às penitenciárias se apresentam de forma a fim de adaptar os indivíduos às normas, procedimentos e valores, portanto, aquilo que se tornou o fim precípua da organização penitenciária, oportuniza as possibilidades para uma "educação autêntica, que não descuida da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito" (Freire, 1979, p. 66).

As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, isto é, são autoaplicáveis e tais direitos e garantias não excluem outros decorrentes.

Desta forma, a educação prisional se torna um aporte para a produção e apropriação de produtos expressos por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade e com ações metodológicas incentivadoras à participação dos alunos apenas no processo educativo, com conteúdo e técnicas de avaliações processuais, permeados por uma base política estimuladora de transformações sociais.

Apesar das mazelas do sistema prisional, vale ressaltar que o Brasil já apresenta experiências bem-sucedidas de ressocialização de presos através de parcerias de governos estaduais com organizações não-governamentais, igrejas e familiares dos presos, que tem como “ingrediente básico” a promoção de redes sociais alternativas, e no Estado do Amapá não é diferente uma parceria com o escritório social vinculado a Vara de Execução Penal, que compartilha uma gestão de serviços entre o Poder Judiciário, Executivo e em alguns casos legislativo, promove ações de inclusão social com mobilização de iniciativas que facilitam o atendimento de pessoa privada de liberdade pré-egressas e egressas do sistema prisional amapaense e de seus familiares, para o atendimento especializado nas áreas de saúde, atendimento psicossocial de qualificação educacional e profissional.

Muito se fala, na necessidade de se ressocializar a pessoa privada de liberdade, seja pelo trabalho, seja pelo estudo, mas na prática, ainda são poucas as instituições penitenciárias brasileiras que oferecem programas socioeducativos para este fim, entretanto, pode-se considerar que o IAPEN amplia os mecanismos para a promoção deste processo.

## **2.1 Histórico do Instituto de Administração Penitenciário do Amapá-IAPEN**

O Sistema Penal do Amapá, teve origem principalmente a partir da fundação da vila de São José de Macapá em 04 de fevereiro de 1758, principalmente a partir da construção da Fortaleza de São José em entre 1764 e 1782, que serviu como forte de defesa e prisão.

Em meados da década de 1960, tornava-se necessário a construção de um novo presídio amapaense. Diante da realidade se constrói o presídio do Beírol, que ao logo dos anos se vê inadequado para os novos preceitos da lei com diretrizes humanizadoras e também pelo crescimento da cidade em seu entorno. É nesse cenário que se inaugura a Colônia Agrícola do Território Federal do Amapá pelo então governador Annibal Barcellos e que anos depois seria transformada em Complexo Penitenciário (COPEN).

Em razão de reorganização administrativa ocorrida no ano de 2001, o Governador do Estado do Amapá, na época, João Alberto Capiberibe transformou o COPEN em autarquia mudando a nomenclatura para o IAPEN.

Desde Colônia Agrícola, o IAPEN está localizado no km 06 da rodovia Duca Serra, no bairro Cabralzinho, em uma área de aproximadamente 400.000 m<sup>2</sup>, local onde foram edificados 05 centros prisionais: Colônia Penal, Penitenciária Masculina, Complexo para internos do regime Semiaberto e Penitenciária Feminina, atualmente está sendo construído um complexo de Segurança Máxima. Há ainda, os Centros de Custódia penais nos bairros: Novo Horizonte, Zerão e no Município de Oiapoque que faz fronteira com a Guiana Francesa.

O instituto penitenciário é o Órgão executor das políticas penitenciárias do Estado do Amapá destinado a custódia e encarceramento de presos do regime provisório, regime fechado e regime semiaberto, bem como a limitação cautelar de prisão civil.

Para desenvolver as ações de auxílio educacional, disciplina e segurança a Instituição possui 780 policiais penais, e para as ações voltadas ao Tratamento Penal, dispõe de 101 Educadores Penitenciários nível médio e 65 Educadores Penitenciários nível superior, totalizando 936 servidores.

De acordo com a LEP, o objetivo principal da Instituição é promover ações ressocializadoras sem abrir mão da Segurança, assegurando ao reeducando o integral cumprimento de sua pena, como isso os direitos e deveres dos custodiados.

O Complexo Penitenciário Masculino, é disposta em 14 pavilhões, divididos 06 (seis) pavilhões para os internos sentenciados no Regime Fechado; 03 (três) caracterizados com P1, P2, P3 destinados aos internos do Regime Provisório, cuja prisão

foi decretada com o intuito de garantir que o acusado passe por um processo penal; 1(um) pavilhão de segurança máxima; 1 (um) de triagem no qual o interno ao adentrar no sistema penal passa por um processo de adaptação e 01 (um) chamado de cozinha velha, que abriga os idosos, 01 (um) pavilhão Seguro, 01 (um) pavilhão de Enfermaria e atualmente 01 (um) pavilhão destinado aos internos que estudam na EESJ. Além desses, há outros espaços tais, movelaria, quadra esportiva, espaço de atividades de qualificação profissional, Centro Educacional de Ressocialização (CERES) e a Escola.

## **2.2 Implantação da Educação formal no Instituto de Administração Penitenciário do Amapá-IAPEN**

A história da educação prisional no Amapá desenvolveu-se concomitantemente a construção dos prédios e órgãos que compõe o sistema penitenciário amapaense. Em linhas gerais, a oferta da educação no IAPEN é garantida pela Secretaria Estadual de Educação através da EESJ, com a modalidade de ensino da EJA, referendada pela Lei nº 9394/96-LDBEN, e ocorreu de acordo com o planejamento educacional voltada para os presídios brasileiros em todos os Estados da Federação priorizando conceitos fundamentais, tais como: família, amor, dignidade, liberdade, cidadania, governo, dentre outros.

Gadotti (2000) salienta a necessidade de se pensar no processo educativo no espaço da prisão com clareza e principalmente sobre os limites impostos pelo sistema, mas que tal fato não reduza o processo de escolarização, “por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar”. (in: Educação, 1999, p. 67.)

Nesse aspecto uma educação voltada para a autonomia intelectual dos alunos privados de liberdade, poderá oferecer condições de análises e compreensão da realidade prisional, humana e social em que vivem.

O ato antissocial e as consequências desse ato, os transtornos legais, as perdas pessoais e o estigma social. Em outras palavras, desenvolver nos educandos a capacidade de reflexão, fazendo-os compreender a realidade para que de posse dessa compreensão possam então desejar sua transformação. (in: Educação, 1999, p.68)

O sistema penitenciário necessita de uma educação que se preocupe prioritariamente em desenvolver a capacidade crítica e criadora aluno apenado, capaz de

desperta-lo para as possibilidades de escolhas e a importância dessas escolhas para a sua vida e conseqüentemente a do grupo social em que se encontra.

Isso só é possível através de uma ação conscientizadora e pedagógica capaz de instrumentalizar o educando para que ele firme um compromisso de mudança com sua história no mundo. Sobre isso, Gadotti (1999) diz que educar é libertar dentro da prisão, “a palavra e o diálogo continuam sendo a principal chave. A única força que move um preso é a liberdade; ela é a grande força de pensar” (in: Educação, 1999, p. 62)

Em sua análise Paulo Freire (1980) afirma que:

A conscientização é um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais “dês-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (Freire, 1980, p. 26)

A conscientização trabalha a favor da desmistificação de uma realidade e é a partir dela que a educação no interior do sistema penitenciário vai dar o passo mais importante para uma verdadeira ressocialização de seus educandos, na medida em que conseguir superar a falsa premissa de que, “uma vez bandido, sempre bandido”.

A Lei 12.433/2011, que alterou a Lei de Execução Penal 7.210/1984, foi decisiva quando normatizou a remição da pena por estudos, assegurando que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (Brasil, 2011, p.1), sendo o quantitativo de tempo pedagógico, a contar para efeito da remição, de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante ou superior, ou ainda de requalificação profissional, divididas, no mínimo, em 3 (três) dias. (Brasil, 2011, p.1).

Segundo o Relatório Estatístico do IAPEN no ano de 2021, o Instituto Penal Amapaense (IPA) teve uma redução de 21% no número total de presos custodiados entre homens e mulheres, totalizando 2.728 detentos. Atualmente o número de presos é de 2.145 internos nos regimes provisórios, fechados e semiabertos, sendo que a maioria da

população carcerária são jovens com idade entre 18 a 29 anos, oriundos de um acesso precário à educação no qual a maioria não concluíram o ensino fundamental.

Vale ressaltar que, o encarceramento desse número de pessoas produz resultados negativos na redução da criminalidade e na construção da tão sonhada reeducação social, contudo, através da educação pode-se haver a contribuição positiva e fundamental na criação de oportunidades para a reinserção social.

A falta de acesso à educação é caracterizada pelo demonstrativo em que, menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou tenham um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões, segundo dados levantados junto ao DEPEN

A oferta da educação formal no Sistema Penitenciário Amapaense ocorreu no ano de difundiu-se com a implantação de programas educacionais do Ministério da Educação e surgiram com fins de erradicação do analfabetismo no Brasil e implantação do ensino supletivo. Programas estes que foram implantados em nível nacional nas unidades federais, e que chegaram a atender a demanda de estudantes homens e mulheres do sistema prisional.

Segundo Melo (2008), é por meio da educação, e ao cumprir a pena, que o indivíduo poderá competir no mercado de trabalho, com a visão de que a prisão poderá deixar de ser apenas um castigo, mas também uma forma de promover a reinserção social através da educação.

De acordo com Vasquez, E.L (2010), o quadro a seguir expõe o resumo das ações de Educação formal no Sistema Prisional Amapaense:

**Quadro 1: Ações da Educação formal no Sistema Prisional Amapaense**

Período	Programas Educacionais	Instituição Escolar
<b>1975 à 1995</b>	Ensino supletivo, em nível de 1ª a 8ª série, com execução do Projeto Minerva, Projeto João da Silva e Educação Integrada	Salas de aulas com rádioposto e teleposto que foram implantados na Colônia Penal e Industrial do Amapá.

<b>1996 à 2004</b>	Turmas de Ensino Fundamental pela modalidade (EJA) por meio da oferta da educação modular das disciplinas curriculares.	Unidade anexa do Centro de Estudos Supletivos Emílio Medici, instalada no Instituto penal.
<b>2004 à 2018</b>	Turmas regulares do Ensino Fundamental pela EJA, e implantação de Turmas do Ensino Médio.	Escola Estadual São José, localizada na área interna da penitenciária masculina e Feminina.

Fonte Vasquez, E.L. (2010 p.91) Sistema Penitenciário Amapaense.

De acordo com o quadro demonstrativo, observa-se que a Educação Penitenciária amapaense foi tomando proporções nas seguintes etapas: de 1975-1995, Ensino supletivo, em nível de 1ª a 8ª séries, por meio do Projeto Minerva, Projeto João da Silva e Educação Integrada (Projetos do Governo Federal) em salas de aulas com rádio posto e telepostos que foram implantados na Colônia Penal de São Pedro, Penitenciária Agrícola ou Colônia Penal Agrícola e Industrial do Amapá, além de outras salas de aulas.

Ainda sobre o desenvolvimento do processo de oferta da educação no interior do complexo penitenciário amapaense, constatou-se que, entre os anos de 1996 a 2004 instalou-se no complexo penitenciário a EJA, em nível de ensino fundamental, com turmas por módulos do ensino personalizado sob a responsabilidade do Centro de Estudos Supletivos Emílio Médici (Amapá, 2002). No entanto, foi a partir do ano de 2004 que houve mudanças no formato da oferta de educação nesta modalidade, com turmas regulares, em nível de ensino fundamental (2004) assim, como a implantação do ensino médio (2006) na então unidade escolar denominada de EESJ, passou a funcionar no mesmo prédio da unidade escolar anterior, localizada na área interna do IAPEN até os dias atuais.

### **2.3 Histórico da Escola Estadual São José – EESJ**

Considerando o desenvolvimento do histórico do processo educacional no interior do complexo penitenciário amapaense, constatou-se que, a institucionalização da EESJ ocorreu em 01 de junho de 2004, através do Decreto nº 1.399, assinado pelo governador Antônio Waldez Góes da Silva, o qual estabelecia:

Fica criada e denominada a Escola Estadual São José, estabelecimento de ensino edificado como parte do complexo Penitenciário, pertencente

ao Sistema Estadual de Ensino. A Secretaria Estadual de Educação, mediante procedimentos administrativos pertinentes, tome as providências necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto. (Amapá, 2004, p.1)

Com isso, houve a implantação de turmas regulares da EJA, equivalente a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas do Ensino Fundamental, e a partir de 2006 a escola também começou a ofertar o ensino médio na gestão da professora Lisete Clemente, a qual administrou a escola no período de 2004 a 2010. Quanto a oferta do ensino média pela EESJ, cabe destacar:

A iniciativa de se implantar o Curso de Ensino Médio pela modalidade EJA partiu da gestora escolar da época, que apresentou a ideia como uma proposta ao corpo docente. A mesma obteve como resposta o apoio do corpo docente, uma vez que, o referido grupo de professores era habilitado em magistério e/ou ensino superior. Assim, o corpo administrativo e docente da época tomou para si, uma nova responsabilidade com a população carcerária, quando em nível nacional não se tinha uma normatização a esse respeito ofertar o Curso de Ensino Médio. Dessa forma, se iniciou a primeira turma piloto partir de 2006, formada por estudantes do sistema prisional amapaense (Amapá, 2017, p. 26).

Foi a partir da implantação do ensino médio que a Instituição escolar denominada de EESJ, se instalou definitivamente na área interna do IAPEN.

Por determinação da VEP, a partir de 2010, um anexo da EESJ começou a funcionar dentro da Penitenciária Feminina para levar a assistência educacional às mulheres encarceradas.

No período de 2010-2011, a escola em parceria com a Petrobrás, começou a executar a primeira etapa do projeto Construindo Qualificação Profissional para reinserção de apenados no mercado de trabalho, ofertando cursos profissionalizantes como: artesanato, pintura em tela, informática básica, horticultura, apicultura, serigrafia, corte e costura, cabeleireiro, manicura e pedicura. Cabe ressaltar, que pela execução do projeto, a EESJ recebeu o Prêmio Construindo a Nação na categoria destaque social pelo Serviço Nacional da Indústria (SESI).

A segunda etapa do projeto Construindo Qualificação Profissional para reinserção de apenados no mercado de trabalho foi executada em 2011 a 2014, o qual além da



continuidade aos cursos ofertados na primeira etapa do projeto, realizou-se mudanças significativas na escola, como por exemplo a “criação do jardim em frente da escola, da sala dos professores, secretaria escolar, banheiros para funcionários, sala da coordenação pedagógica, além de instituir a vestimenta de uniformes para o corpo discente e docente”. (Amapá, 2017, p, 27).

O referido projeto, teve sua terceira etapa executada em 2015, além da oferta dos cursos de manutenção de computadores, informática básica, cabeleireiro, pintura em tela, manicura e horticultura, o projeto também teve um diferencial com a oferta dos cursos de informática básica, pintura de parede e terapias ocupacionais, executadas através de oficinas de dança, arte e psicologia.

No ano de 2016, a EESJ renovou sua parceria com a Petrobrás e executou a última etapa do projeto Construindo Qualificação profissional para a reinserção de apenados no mercado de trabalho, neste período, a gestão escolar esteve sob a responsabilidade da professora Francinete Cardoso Lobato. Ainda nesta gestão, os servidores da EESJ foram contemplados com o Curso de Práticas Restaurativas ofertado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), o qual na oportunidade, implantou um Núcleo de Práticas Restaurativas.

O Núcleo de Práticas Restaurativas da EESJ (Amapá, 2017), desenvolveu ações na área de mediação de conflitos, que atuava na prevenção de conflitos no ambiente escolar, como a exemplo, do atendimento psicológico e jurídico, ambos em parceria firmada coma Faculdade de Macapá (FAMA), bem como, das oficinas de teatro em parceria com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Importante ressaltar, que a EESJ está em constante sintonia com a Secretaria de Estado de Educação (SEED) junto ao Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), de onde recebe as orientações necessárias para o bom andamento de suas práticas pedagógico, sendo possível afirmar que, os professores designados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas nesta unidade escolar são todos servidores públicos do quadro estatutário do Governo do Amapá, lotados na SEED, que estão sob a coordenação da gestão escolar da atual EESJ, no qual apoia-se na Unidade de Assistência Escolar e Profissionalizante (UNAEP) cuja é um dos setores responsáveis pelo núcleo de aprendizagem e inspeção do complexo penitenciário.

Em meados de 2019, pode ser considerado um período importantíssimo para a educação prisional no Amapá, por completar aproximadamente quarenta e quatro anos que oferta educação a homens e mulheres sentenciados judicialmente ou que cumprem

medidas de restrição de liberdade, e que cumpre o que está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de (1948), assim como a Lei de Execução Penal de (1984), as Normas Gerais do Regime Penitenciário de (1957), bem como as Normas de Execução Penal do Estado do Amapá de (2002) entre outras normatizações.

O fato pôde ser constatado quando no dia 09 de abril de 2019, quinze alunos do ensino médio conseguiram concluir seus estudos, doze homens e três mulheres que puderam juntos com seus familiares voltarem a sonhar com um novo rumo para suas vidas após o cumprimento de suas penas. Isso nos permite pensar que a EESJ, apesar de seguir um currículo pensado para uma realidade extremamente contrária à sua cultura, busca adaptar as necessidades que emergem diariamente no convívio entre os sujeitos que formam aquela comunidade educacional.

Isso significa dizer que, através de ações pedagógicas, pautadas na leitura de uma cultura escolar prisional, e das interfaces que se desdobram no âmbito do cotidiano da prisão e escola da prisão, contribui positivamente para o processo de reinserção social.

Se compreende a relevância de todo o trabalho desempenhado pela equipe de professores, gestores e demais profissionais ligados diretamente a tarefa de educar, que vão além de descrever na história de superação de alguns alunos, mas formalizar a tentativa de ascenderem socialmente após o cárcere.

Outro aspecto relevante da realidade vivida na EESJ, é que seus profissionais buscaram compreender a importância legal da instalação de uma unidade escolar no interior da prisão por meio de capacitação em nível de pós-graduação *Latu Sensu* em “Educação Prisional”, e isso está fazendo grande diferença em suas atuações.

Cumprido ressaltar que, o processo de capacitação e formação profissional possibilitou aos professores reflexões amplas sobre a oferta da educação no ambiente prisional, a qual está para além de uma exigência da lei.

A educação evidencia o desenvolvimento da pessoa como um todo, possibilitando-os a participação de todo o processo educativo, instrumentalizando-os, sobretudo a busca por uma formação profissional e de suas potencialidades de expressão ao longo da formação educativa.

Diante dessas observações, compreende-se que, apesar dos esforços impressos por todos os profissionais da EESJ, acredita-se que a escola ainda mostra-se carente quanto a uma melhor assistência do poder público responsável pela oferta da educação no complexo penitenciário amapaense.

### **CAPÍTULO 3: PRÁXIS DOCENTE NO SISTEMA PRISIONAL-IAPEN**

A prática educativa no sistema prisional tem suas especificidades de acordo com o contexto no qual se desenvolve. As escolas inseridas nesses ambientes, tem as regras e procedimentos de acordo com as ações cotidianas desenvolvidas no estabelecimento prisional. “A escola na prisão encontra-se submetida à lógica carcerária.” (Penna,2006, pg.33).

Com isso, por um lado, a ordem interna e disciplina as rígidas normas e procedimentos oriundos da necessidade de segurança das unidades, em muitos momentos, do outro lado, prescrevem as atividades escolares.

Os docentes da modalidade da EJA no sistema prisional percebem essa diferenciação com relação a sua experiência docente desenvolvida no Sistema Prisional, e de sua atividade docente “extra-muro” na rede formal de ensino, fora da escola penal.

Freire (1980) fala sobre a autenticidade exigida no exercício da prática pedagógica, “quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade.” (Freire, 1980, p.26)

Mesmo em se tratando de escola inserida em sistema prisional, a prática pedagógica desenvolvida pelos docentes nestes ambientes, deve ser autêntica, e o ensinar não deve ser um mero ato de transferência de conhecimento, conteúdos e muito menos servir simplesmente para remissão de Pena como se estivesse moldando sujeitos indecisos, acomodados e aprisionados em sua essência. Não há docência sem discência, as duas práticas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças não se reduzem a condição de rótulos.

Contudo, na EESJ, observou-se que apesar das dificuldades diárias do corpo pedagógico docente, a sistematização do ensino ocorre de forma crítica e reflexiva, agregando valores ao ensino didático.

Pode-se dizer que, a escola é hoje, em todos os lugares em que existe, o meio formal onde informações são armazenadas de forma sistemática para serem ensinadas a todas as gerações, mesmo para aqueles que se encontram no cárcere.

### **3.1 Linha Pedagógica, diversidade e (Re)Inserção Social**

Da mesma forma, em que a educação e o ensino de qualidade estão interligados, assim, também a formação inicial e continuada dos professores, que se faz presente de acordo com o perfil de cidadão que desejam formar para a sociedade.

O professor deve saber que tem uma posição importante no processo de desenvolvimento dos seus alunos no que tange ao cognitivo e também no social, por esse motivo o professor deve estar sempre atento ao indivíduo que ele irá formar a partir de sua prática. (Saviani, 1997).

Portanto, como detentor dos saberes necessários para que os discentes assumam uma posição autônoma e crítica futuramente, o docente deve dar as possibilidades necessárias de aprendizagem dentro das capacidades de todos, mas sabendo o que será desafiador e ao mesmo tempo possível para o aluno realizar de forma que assim trabalhe.

De acordo com o que Vygotsky chama de zona de desenvolvimento proximal do aluno a fim de desenvolver suas funções psíquicas superiores.

A Zona de Desenvolvimento Proximal é: a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da soluções independentes de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vygotsky, 1991 pg.97).

De acordo com este pensamento, os docentes e corpo técnico pedagógico da EESJ, adoraram a ideia que a distância entre o nível de desenvolvimento real do aluno pode ser determinado através da solução independente de problemas reais principalmente para aqueles que se encontram no cárcere, e que a conscientização do verdadeiro significado do ato de aprender no processo de ensino.

É importante destacar também, que a tendência crítico-social dos conteúdos, é a corrente pedagógica adotada pelos professores da EESJ, cujo norteia a prática em sala de aula com o desenvolvimento ou não de seus alunos.

Martins (2013) elucida em seu texto as diferenciações e aproximações entre as teorias pedagógicas existentes que podem influenciar a prática do professor:

Ao longo dessa exposição procuramos evidenciar princípios da pedagogia histórico- crítica e da psicologia histórico cultural tomando como eixo organizativo as premissas que balizam as cinco teses aqui defendidas, quais sejam: ao escolar cumpre a tarefa de humanização dos

indivíduos, a atividade de ensino, conquista da natureza específica na forma de educação escolar, a formação de conceitos é a base sobre a qual o psiquismo se desenvolve, conceitos cotidianos e de senso comum não incidem sobre o desenvolvimento do psíquico da mesma maneira que os conceitos científicos (Martins,2013, p. 14)

Destaca-se que, durante o segundo semestre de 2017, a EESJ, deu início ao desenvolvimento de projetos pedagógicos com temas geradores, idealizados e debatidos juntamente com corpo docente da escola nos encontros pedagógicos.

Acredita-se que tais projetos pedagógicos, foi a maneira encontrada para ressignificar as ações didática-pedagógica desenvolvida em sala de aula por cada professor na sua respectiva área do conhecimento.

Bem como, foi o meio para despertar ainda mais o interesse dos sujeitos-educandos para as atividades educativas, uma vez que nelas por intermédio dos projetos pedagógicos, discutem-se temas extraídos de suas realidades.

É importante reenfatar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo.

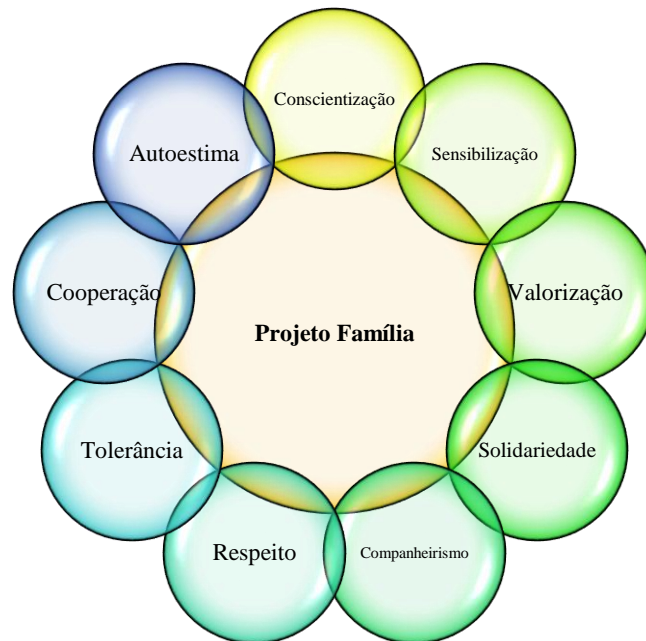
Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referindo à realidade, é investigar seu atuar sobre à realidade, que é a sua práxis (Freire, 1979, p.136).

Sobre os projetos pedagógicos, a EESJ, desenvolveu no ano letivo de 2018 os Projetos Família e Cidadania, no primeiro e segundo semestre respectivamente.

O Projeto Família foi abordado a partir do filme “O Extraordinário”, que além de promover a reflexão e a leitura crítica do mesmo, objetivou também a conscientização e sensibilização para a importância e valorização da família.

No decorrer do projeto, as ações interdisciplinares realizadas buscaram levar os alunos a adotarem atitudes de solidariedade, companheirismo, respeito, tolerância, empatia, cooperação e melhorar a autoestima.

**Figura 1: Projeto Família**



Fonte: Adaptado do Projeto Pedagógico da EESJ

Já o Projeto Cidadania, buscou enfatizar que o termo cidadania está sintonizado com o respeito, com o acesso aos direitos sociais, materiais, culturais e aos valores. Também de forma interdisciplinar, o projeto enfatizou diversas temáticas como direitos e deveres, saúde da população carcerária, educação, esporte e arte, assim como realizou palestras, e rodas de conversa sobre drogas, motivação e empreendedorismo. A culminância dos dois projetos citados, deu-se por meio de amostras Pedagógicas, as quais não foram só em uma oportunidade para expor os trabalhos realizados no decorrer de cada projeto, mais também uma oportunidade para promover a interação dos alunos através das gincanas, apresentação de coral, poesia, dança e círculos de diálogos.

**Figura 2: Projeto Cidadania**



Fonte: Adaptado do Projeto Pedagógico da EESJ

No final do ano letivo de 2018, a EESJ retomou a cerimônia de formatura dos alunos do último ano do Ensino Médio, objetivou não só valorizar o desempenho de cada formando, mas também estreitar os laços entre escola, alunos e seus familiares, os quais através da autorização concedida pelo IAPEN, participaram da emocionante cerimônia, cuja qual ganhou notoriedade na mídia local e será executada nos anos subsequentes.

Ainda falando dos Projetos Pedagógicos, para o ano letivo de 2019 (Amapá, 2020), o Projeto Cidadania foi planejado para ser trabalhado no decorrer dos quatro bimestres com diferentes temáticas.

No primeiro bimestre, o tema Família, teve como foco a valorização e importância da família, bem como, levar os alunos a adotarem atitudes de solidariedade, companheirismo, respeito, tolerância, empatia, cooperação e melhorar a autoestima.

No segundo bimestre, trabalhou-se a temática “Eu Artista” que visa compreender as diversas expressões artísticas e seus conceitos, bem como, desenvolver a capacidade de criação artística dos alunos.

No terceiro bimestre, as atividades pedagógicas abordaram o tema Drogas, visto que a EESJ acredita que o tema além de envolver uma questão de saúde pública, discutirá a prevenção e consequências do consumo de substância entorpecentes.

Direitos Humanos, foi o tema definido para ser executado no quarto bimestre, sobre a temática, a EESJ, focou na relevância que perpassa pelo reconhecimento da importância dos Direitos Humanos, uma vez que os alunos irão se apropriar dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, compreendendo os direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à saúde, à propriedade, à educação, à justiça e ao trabalho, bem como, refletir sobre a afirmação e a negação dos mesmos aos privados de liberdade.

A referida temática também, objetivou promover o resgate dos valores humanos como o respeito, a ética, a solidariedade, a tolerância, a empatia e o espírito coletivo.

Outro enlace da EESJ, é a realização de ações voltadas aos educandos, em alusão as datas comemorativas como o Dia das Mães, Dia das Mulheres, Festa Junina, Dia dos Pais e Dia do Estudante, realiza-se também, ações através da Biblioteca Escolar voltadas para incentivo da leitura, bem como, proporciona a inclusão digital aos alunos por meio do Laboratório de Informática, o qual também presta suporte às disciplinas e conteúdos escolares.

Importante ressaltar, que a EESJ está em constante sintonia com a SEED junto ao NEJA e também com a Direção do Instituto de Administração penitenciária no qual está

empenhado em disponibilizar um pavilhão somente para os alunos apenados que frequentam a Escola, ações estas, necessárias para o bom andamento das práticas pedagógicas.

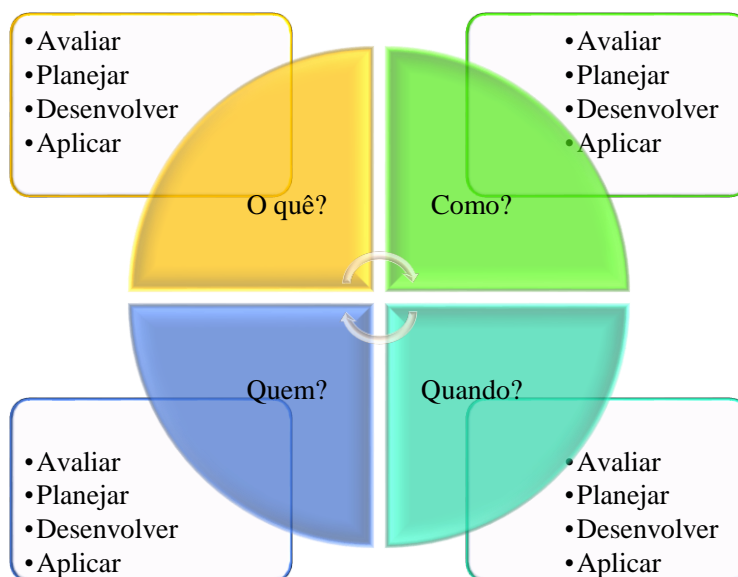
### 3.2 Aprendizagem, Índice de aprovação e reprovação

Um dos mais complexo desafio que se apresenta aos sistemas de ensino é articular tempo e qualidade a serviço da educação por meio de políticas públicas que, a partir de um diagnóstico claro, apresentem planejamentos objetivos para desenvolver ações específicas, o que não é diferente da realidade educacional de escolas inseridas em sistemas prisionais. Com o intuito de explicitar: “o quê”, “como”, “quando”, “quem”, forma de monitoramento com indicadores e metas, avaliação e resultados esperados.

Essas políticas orientam e se desdobram nas práticas pedagógicas mais efetivas nas escolas e em sala de aula, e tudo isso sem perder de vista a realização do acolhimento seguro e responsável à comunidade escolar.

É justamente sobre a superação de desafios na aprendizagem e o índices de reprovação e aprovação dos alunos apenados da EESJ, onde é possível visualizar o fruto de conhecimento no processo de ensino aprendizagem, nos quais passíveis de serem praticados nas mais diferentes realidades, principalmente em se tratando em educação prisional.

**Figura 3: Matriz de Diagnostico de Políticas Públicas Educacionais**



Fonte: Elaborada pela autora



Estas nuances, comparadas ao processo de ensino e aprendizagem, por sua vez trabalha o intencional, o emocional e cultural para o desenvolvimento de competências e habilidades, que integradas com o cognitivo e outras dimensões, tem como objetivo oferecer oportunidades qualificadas para que o indivíduo tenha condições futuras equitativas de escolhas pessoais e profissionais para o convívio em sociedade.

Essa mesma perspectiva de educação é contemplada e promovida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a referência de todos os currículos do País.

A atuação da EESJ ao longo dos anos contou também com significativa vinculação com parceiras na construção, desenvolvimento e implementação de políticas públicas educacionais com princípios e processos centrados em práticas de gestão.

Ressalta-se que as ações realizadas, comprovaram a eficácia da adoção de práticas docente juntamente com instrumentos gerenciais de monitoramento como base para o sucesso de políticas públicas educacionais que garantam a aprendizagem.

Sabe-se que a maioria das atividades realizadas pelo indivíduo são aprendidas, e o ato de aprender se apresenta no cenário como o resultado da interação entre as estruturas mentais e ambientais, por mais que a prisão seja um local antagônico para estas duas facetas, tais estruturas expressam a forma de pensar, de agir e a incrível capacidade do ser humano de adaptação.

Para Jardim (2005), é através da aprendizagem que se desenvolve as habilidades, apreciações, raciocínios, bem como as aspirações, atitudes e valores do homem.

Sendo assim, é possível afirmar, que para promover a qualidade do ensino, é necessário também que docente tenha uma formação apropriada e continua de acordo com o contexto de aprendizagem. A reflexão sobre sua própria prática permite ao docente apropriar-se cada vez mais do fazer pedagógico.

Em relação aos corpo docente e pedagógico da instituição pesquisada nota-se essa reflexão sobre a prática pedagógica é a base para a obtenção de bons resultados, tais como o índice de aprovação e reprovação de alunos.

**Tabela 1: Índice de aprovação, reprovação e evasão da EESJ**

<b>Etapa</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Aprovados</b>	<b>% Aprovados</b>	<b>Reprovados</b>	<b>% Reprovados</b>	<b>Abandono</b>	<b>% Abandono</b>
1º Etapa do Ensino Fundamental I - EJA	48	34	<b>70,83%</b>	09	<b>18,75%</b>	05	<b>10,42%</b>
2º Etapa do Ensino Fundamental I – EJA	69	40	<b>57,96%</b>	20	<b>29,00%</b>	09	<b>13,04%</b>

3º Etapa do Ensino Fundamental II – EJA	35	19	<b>54,28%</b>	07	<b>20,00%</b>	09	<b>25,72%</b>
4º Etapa do Ensino Fundamental II,	39	20	<b>51,28%</b>	06	<b>15,38%</b>	13	<b>33,34%</b>
1ª etapa do Ensino Médio -EJA	42	28	<b>66,68%</b>	06	<b>14,28%</b>	08	<b>19,04%</b>
2ª etapa do Ensino Médio-EJA	30	19	<b>63,33%</b>	04	<b>13,33%</b>	07	<b>23,34%</b>
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>160</b>	<b>60,84%</b>	<b>52</b>	<b>19,76%</b>	<b>51</b>	<b>19,40%</b>

Fonte: Elaborada pela autora

Quanto ao índice de aprovação, reprovação e evasão da EESJ, acentua-se que no ano de 2021 na 1ª Etapa do Ensino Fundamental I - EJA, com 48 (quarenta e oito) alunos matriculados, 34 (trinta e quatro) foram aprovados, 09 (nove) reprovados e constatou-se 05 (cinco) abandonos.

Já na 2ª Etapa do Ensino Fundamental I – EJA, dos 69 (sessenta e nove) alunos matriculados, 40 (quarenta) foram aprovados, 20 (vinte) reprovados e houve 09 (nove) evasões.

Quanto a 3ª Etapa do Ensino Fundamental II – EJA dos 35 (trinta e cinco) alunos da turma, 19 (dezenove) foram aprovados 07 (sete) reprovados e 09 (nove) evasões.

Contudo na 4ª Etapa do Ensino Fundamental II, houve uma elevação de evasão em relação as demais turmas, sendo que dos 39 (trinta e nove) alunos matriculados, 20 (vinte) foram aprovados, 06 (seis) reprovados e registrado 13 (treze) evasões.

Na 1ª etapa do Ensino Médio na modalidade de EJA, dos 42 (quarenta e dois) alunos, registrou-se 28 (vinte e oito) aprovados, 06 (seis) reprovações e 08 (oito) evasões.

Já na 2ª etapa do Ensino Médio, foram matriculados 30 alunos, nesta turma 19 (dezenove) alunos obtiveram a aprovação, 04 alunos foram reprovados e 07 evadiram-se.

Os dados coletados, foram coletados de acordo com o conselho de classe da EESJ, contudo o índice de evasão se mostra pertinente em relação ao quadro evidenciado.

A evasão neste contexto, mostra-se como um quadro desfavorável que precisa ser repensado e estudado, para que o profissional da educação e da segurança, despertem para à necessidade de estado de mudança e métodos de potencialização das prática educativas e gestoras do sistema penal amapaense.

## **CAPÍTULO 4: METODOLOGIA DA PESQUISA**

Considerando a metodologia da pesquisa como um procedimento científico, pode-se dizer que a medida que o trabalho se desenvolve se faz necessário estudos minuciosos para seu equacionamento.

A metodologia científica parte do problema da pesquisa, sendo esse o eixo norteador para o desenvolvimento do estudo, pois a partir dele se formulam os objetivos, as hipóteses e suas variáveis, para assim construir o desenho metodológico, estruturando os níveis de investigação, cenário da pesquisa, população e amostra, evidenciando os métodos e técnicas aplicados na coleta e análise de dados. (Alvarenga, 2014).

Vianna (2001), esclarece que no estudo científico, a metodologia define o tipo de pesquisa realizada, as etapas seguidas, os instrumentos utilizados na captura dos dados, assim como a forma de organização, tratamento e técnicas de análise e todos os procedimentos inerentes adotados no estudo.

A escolha do procedimento, ou o conjunto de ações utilizadas em uma pesquisa para gerar o conhecimento é o que denomina-se de método científico e estudá-lo em todas as dimensões é o que conceitua-se de metodologia. A compreensão exige a utilização de um método que permita a compreensão científica do fenômeno, referencial teórico coerente e construção lógica fundamentada numa abordagem adequada a essa realidade e uma postura reflexiva que procure identificar nos discursos políticos e na prática desenvolvida por esses profissionais a interlocução entre teoria e prática.

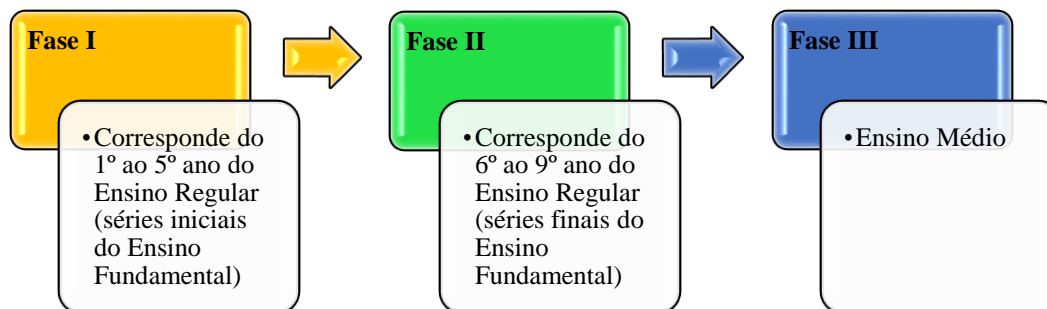
### **4.1 Caracterização do Universo Pesquisado**

A pesquisa teve como universo pesquisado o corpo docente e discente da EESJ, localizada no interior do IAPEN, situado na rodovia Duca Serra Km 07 Macapá-AP. Na EESJ a modalidades de ensino ofertada é a EJA, cujo é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da educação básica do país, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada e permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.

A EJA ofertada na EESJ conforme imagem 1 no anexo 3 é presencial, sendo que o programa é dividido em etapas, com abrangência do ensino fundamental ao médio. A EJA Ensino Fundamental, destinada aos presos jovens que não completaram o 1º e o 9º

ano ensino fundamental, essa etapa tem duração média de 2 anos para a conclusão e a EJA Ensino Médio, destinado aos presos que não completaram o Ensino Médio, e o tempo médio de conclusão é de 18 meses. A EJA Ensino Médio ofertado no IAPEN corresponde a três (03) etapas, conforme figura 4.

**Figura 4: Etapas da EJA-Ensino Médio no IAPEN**



Fonte: Elaborada pela autora

A fase estudada corresponde a Fase I do ensino fundamental no primeiro segmento (EJA-Ciclo de alfabetização), no qual constitui-se como orientações curriculares pautadas na alfabetização como processo de aquisição da leitura e escrita e como leitura do mundo e compreensão da realidade social.

Nessa perspectiva a pesquisa em questão se fez necessário compreender a importância de algumas etapas, quais sejam a escolha do objeto analisado, delimitação do problema, definição dos objetivos, construção do marco teórico conceitual, coleta de dados e exploração do campo para a verificar a prática pedagógica dos professores e sua relação com necessidade contextual do aluno privado de liberdade inserido na modalidade de ensino EJA.

De acordo com Tardiff (2002), quando analisa-se o “saber experimental” dos professores as práticas pedagógicas, faz-se necessário investigar os percursos da formação profissional e saberes da experiência na profissão. Vale ressaltar que, uma seleção adequada de sujeitos é aquela que pode abranger a totalidade dos problemas. O quadro docente da escola se constitui de 01 diretor, 02 coordenadores pedagógicos e 10 professores conforme imagem 2 no anexo 4.

Sabendo da importância da prática pedagógica para ao desenvolvimento da aprendizagem, a abordagem sobre a prática docente no sistema prisional amapaense mostra-se que não é uma tarefa fácil principalmente quando o referencial é o aluno apenado por sua condição humana protagonista do contexto.

Considera-se que essa etapa da pesquisa é um ponto importante que compõe o processo investigativo considerando o trabalhar pedagógico e a diversidade como

contextos inerente a prática pedagógica com a adoção de materiais didáticos conforme apresentado na imagem 3 no anexo 5 apropriados para o aluno apenado e aprendizagem, cuja possibilita aproximar a realidade social do objeto de estudo.

#### **4.2 População e Amostra**

A população e amostra a ser pesquisada são o corpo docente e os alunos apenados da 1º etapa do ensino fundamental da EJA, da EESJ, e o IAPEN como espaço peculiar a ser estudado, bem como o ambiente de aprendizagem a Escola localizada no interior do Instituto.

O quadro discente da EESJ, fora constituído de 263 alunos, sendo que 48 alunos da 1º Etapa do Ensino Fundamental da EJA. 69 alunos da 1º Etapa do Ensino Fundamental da EJA, 35 da 3º Etapa do Ensino Fundamental da EJA, 39 da 4º Etapa do Ensino Fundamental da EJA. E no ensino médio da EJA foram 42 da 1ª etapa e 30 da 2ª etapa, perfazendo a população de 263 alunos, evidenciado na imagem 4 no anexo 6

#### **4.3 Descrição local da pesquisa**

O estudo foi realizado na EESJ, no interior do IAPEN, situado no km7 da rodovia do Estado Duca Serra. Macapá-AP apresentado na imagem 5 no anexo 7. Para compreender a prática pedagógica desenvolvida na EESJ, localizada no IAPEN coloca a necessidade de conhecer todos os elementos que envolvem a sua prática e o desenvolvimento do seu trabalho com pessoas privadas de liberdade.

Ao pontuar o histórico da EESJ, faz-se importante rememorar a entrada da instrução escolar dentro do sistema penitenciário amapaense ao preso condenado e provisório, nesse sentido, Vasquez destaca sua divisão em três fases.

1ª fase (1975-1995) em radioposto e teleposto localizados na Colônia Penal de São Pedro, Penitenciária agrícola ou Colônia Penal Agrícola e industrial do Amapá; 2ª fase (1996-2004), na escola anexa do Centro de Estudos Supletivos Emílio Médice localizada no Complexo Penitenciário, o qual a partir de 2011 passou a denominar-se IAPEN e 3ª fase (2004-atual), na EESJ, localizada no IAPEN (Vasquez, 2008, p.99).

A primeira fase foi desenvolvida com a implantação do Programa de Educação Integrada e Projeto Minerva, concepção de educação da época. A segunda fase foi marcada pelo ensino personalizado ofertado por módulo disciplina na 3ª e 4ª etapa do ensino fundamental, bem como os cursos de suplência em nível de alfabetização de 1ª e 2ª etapa da EJA.

A terceira e atual fase, veio com a institucionalização da EESJ em 01 de junho de 2004 pelo Decreto nº 1.399, assinado pelo governador Antônio waldez Góis da Silva, o qual estabelecia: Fica criada e denominada a EESJ, estabelecimento de ensino edificado como parte do complexo Penitenciário, pertencente ao Sistema Estadual de Ensino. A Secretaria Estadual de Educação, mediante procedimentos administrativos pertinentes, tome as providências necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.

#### **4.4 Desenho da Investigação**

Conforme Severino (2007 p.17), possui como recursos a objetividade, extrair inferências, além das informações obtidas com os dados coletados, é possível aplicar a verificabilidade e pode ser repetido, tem direcionamento para vários assuntos e orienta-se para atingir os objetivos, vinculados a uma série de hipóteses, aceitas ou rejeitadas. O estudo desenvolvido se caracteriza por ser descritivo, não experimental, com enfoque misto e corte transversal.

#### **4.5 Problema da Investigação**

Considerando a problemática da pesquisa é pertinente investigar:

- I. Se a pratica pedagógica desenvolvida pelo corpo docente da EESJ, atende as expectativas necessárias para o desenvolvimento das habilidades e competências educacionais dos alunos apenados inserido na 1ª fase da EJA?
- II. As práticas docentes diferenciadas são agregadas em políticas pedagógicas que evidenciem o ambiente pesquisado?
- III. E suas peculiaridades, as quais nem sempre são favoráveis influenciam no processo de aprendizagem do aluno apenado?

#### **4.6 Objetivo Geral da Pesquisa**

Conforme Centurión (2015), os objetivos devem ser claros para que se evitem distorções no decorrer da pesquisa e devem ser factíveis de se alcançar, diante da realidade do cenário da investigação. Deve-se atentar que o objeto geral tem uma abrangência macro do que se pretende com a investigação, enquanto os objetivos específicos são os desdobramentos do objetivo geral, ou seja, as aplicações particulares, as micro ações da pesquisa. O estudo tem como objetivo geral analisar as necessidades

formativas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas o aperfeiçoamento da prática docente para uma educação prisional inclusiva.

#### **4.7 Objetivos Específicos da Pesquisa**

Segundo Campoy (2018), a finalidade pela qual se deve empregar recursos e esforços para cumprir um plano, é o objetivo traçado. No que se refere a uma pesquisa, os objetivos são os focos referenciais que direcionam o desenvolvimento do estudo. Eles são o núcleo central, de acordo com o planejamento da pesquisa e as ações a serem executadas para se chegar a resposta do problema da investigação.

Objetivos específicos da pesquisa se alicerçam em descrever a prática pedagógica utilizada pelos docentes correlacionadas a aprendizagem, diversidade e inserção social, identificar as dificuldades vivenciadas pelo docente ao estruturar a prática pedagógica e comparar a prática pedagógica desenvolvida no ambiente prisional com os níveis de aprovação e reprovação.

#### **4.8 Técnica de Relação de Dados**

A técnica relacionada a coleta de dados foi realizada por pesquisa de análise documental e histórico das instituições envolvidas EESJ e IAPEN.

No processo investigativo a coleta de dados foi realizada por meio de fontes bibliográficas, aplicação de questionário semiestruturado para docentes e alunos apenados, conduzido de forma exploratória e observatória ampla nas questões para efeito de sistematização.

As variáveis da investigação estão contidas na problemática, nos objetivos e nas hipóteses. Conforme Alvarenga (2014), “as variáveis são as características, propriedades ou qualidades das pessoas em estudo e diferem de uma pessoa para a outra” (p.33). Por ocasião da formulação do problema, objetivos e hipóteses da pesquisa, já se definem as variáveis a serem analisadas. Essa identificação deve ser feita de forma precisa, visto que se constituem como os elementos do estudo.

Vale ressaltar que o percurso da pesquisa é apresentado em duas etapas: no primeiro momento realizou-se a fundamentação teórica, cujo o pressuposto teórico é a base da pesquisa, já no segundo momento: predominou-se a observação descrita sobre o perfil do docente e a prática pedagógica no sistema prisional que possibilitou a análise sócio-crítico-interpretativa e aplicação de questionário fechado semiestruturado, afim de ampliar a precisão dos resultados.

#### 4.9 Validação da Pesquisa

Mengual (2011, citado em Campoy 2018, p.183), ao se referir a experto, seja individualmente ou em grupo, entende-se por pessoas com capacidade de emitir valoração confiável sobre um problema em questão e ao mesmo tempo, fazem recomendações de melhorias e ajustes necessários em função de suas competências. Quando a validação de expertos é aplicada a um instrumento de pesquisa, a finalidade é garantir que sua aplicabilidade está em consonância com os objetivos propostos pela pesquisa e possa vir a dar sustentação para a solução da problemática do estudo.

Em relação ao número de expertos a serem utilizados para validação do questionário em uma pesquisa, Campoy (2018, p.186, a validação do instrumento de pesquisa, foi realizada por 03 Doutores, sendo 01 paraguaio e 02 brasileiros. Desse modo os Professores Doutores avaliaram a construção do questionário semiestruturado fechado, observando a pertinência ou não, coerência e clareza dos itens de construção do instrumento de pesquisa, tinham a possibilidade de tecer comentários, sugestões, acrescentar ou eliminar questões que julgassem adequados ou pertinentes. O instrumento da pesquisa foi devidamente validado e assim aplicado na coleta dos dados que deram suporte aos resultados da pesquisa.

## CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o intuito de melhor fundamentar os resultados e as opções metodológicas adotadas na pesquisa, faz-se necessário, conhecer e contextualizar os demais segmentos educacionais ofertados na EESJ, tais como: modalidade de ensino, número de professores por turma e por disciplinas, e carga horária desempenhada pelo corpo técnico e docente.

**Quadro 2: Docentes da EESJ - Ensino fundamental I-EJA-IAPEN**

Modalidade	Seguimento	Nº Docente	Carga Horária
Ensino Fundamental – I	1ª etapa	03 professores	40h
Ensino Fundamental – I	2ª etapa	03 professores	40h
Educação de Jovens e Adultos	Todas	02 professores	40h

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 2, descreve a modalidade de ensino, carga horária e número de docente de acordo com cada seguimento educacional.



Vale ressaltar que na EJA a 1ª e 2ª etapas, referem-se aos anos iniciais e englobam o 1º 2º 3º 4º e 5º ano do Ensino fundamental - I.

**Quadro 3: Ensino Fundamental - II e Ensino Médio EESJ-IAPEN**

Modalidade	Seguimento	Disciplina	Nº Docente	Carga Horária
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Língua Portuguesa	02	20h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Portuguesa	01	20h
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Língua Portuguesa	02	20h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Portuguesa	01	20h
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Artes	01	12h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		-	-
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Educação física	01	10h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		01	12h
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Matemática	01	16h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		01	14h
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	História	01	22h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		-	-
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Geografia	01	10h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		01	10h
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Estudos Amapaense e Amazônico	01	08h
			01	02h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		01	02h
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Língua Inglesa	01	20h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa		-	-
Ensino Fundamental II	3ª e 4ª etapa	Ciência	01	12h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Biologia	01	08h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Física	01	08h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Química	01	08h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Filosofia	01	06h
Ensino Médio	1ª e 2ª etapa	Sociologia	01	06h

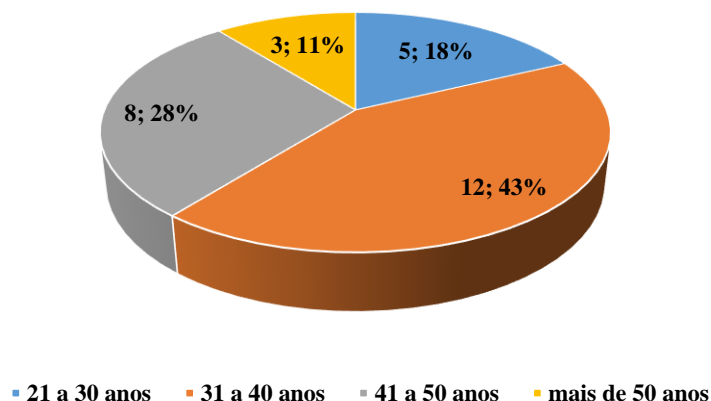
Fonte: Dados da pesquisa

Já, no Ensino fundamenta II e Ensino médio este quadro de distribuição de docente se mostra, de acordo com os componentes da matriz curricular da EJA, voltados para o sistema Prisional.

### 5.1 Perfil dos Docentes da EESJ

No gráfico 1, são apresentados o resultado da pesquisa de campo, realizada por meio de questionário semiestruturado, aplicado de forma individual ao corpo docente da EESJ, evidenciando os dados sócio demográficos sobre idade, sexo, formação, tempo de serviço

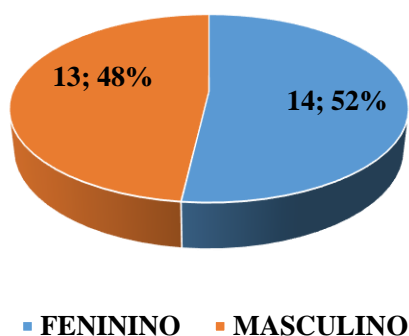
**Gráfico 1: Faixa Etária do Docentes da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

No referido gráfico, o questionário semiestruturado foi aplicado a 28 professores que fazem parte do quadro docente da EESJ, no qual indica a faixa etária dos profissionais, cuja a maioria tem 12,43% com idade entre 31 e 40 anos, 8,28% entre 41 a 50 anos, os professores de 21 a 30 anos formam 5,18%, e a minoria dos profissionais mais de 50 anos efetivando 3,11%.

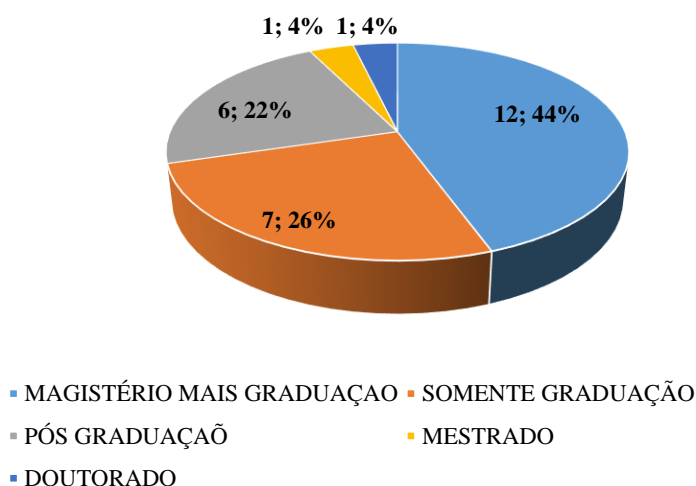
**Gráfico 2: Gênero dos Docentes do EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao gênero a maioria dos profissionais são do sexo feminino equivalendo a 14,52%, e 13,48% refere-se ao gênero masculino. É possível verificar a predominância de mulheres no exercício da docência na EESJ, vale mencionar que este cenário também é encontrado em grande parte do Brasil.

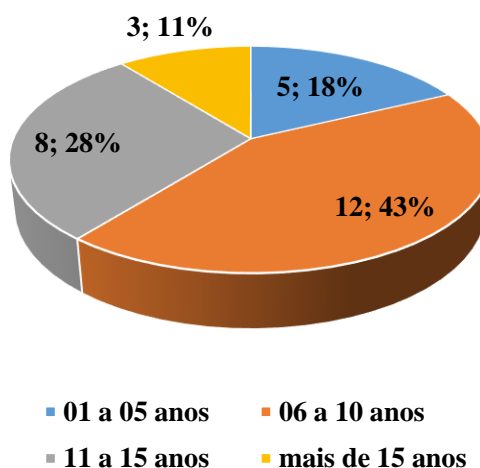
**Gráfico 3: Formação Acadêmica dos Docentes da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

A formação docente refere-se tanto a formação básica, quanto a formação complementar ou continuada, é definida como processo obrigatório para que o profissional da educação, esteja habilitado a ministrar aulas. Contudo podemos verificar que a maioria dos profissionais entrevistados possuem magistério e formação pedagógica de nível superior e podemos definir como aspecto positivo neste contexto, pois a maioria dos professores tem a atenção devida ao reconhecimento e relevância do trabalho do professor que trabalha no sistema penal amapaense com etapas claras quanto ao desenvolvimento e recompensas (salário maior, benefícios, responsabilidades e gratificações).

**Gráfico 4: Tempo de Atuação no Magistério dos Docentes da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

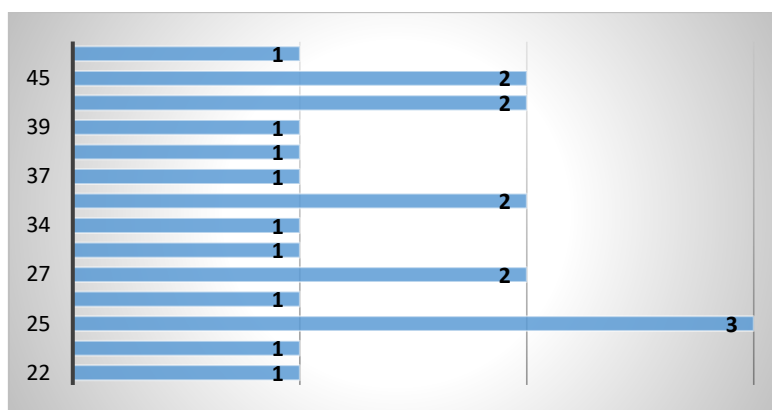
A atuação e as experiências pedagógica são dois pontos em que os docentes qualificados compartilham seus conhecimentos profissionais com seus pares, no que se

refere ao gráfico a maioria dos professores tem de 6 a 10 anos de experiência profissional, que podem ser espelho inspiradores de competência, de ética e de crescimento pedagógico para os demais docentes.

### 5.2 Perfil dos Discentes da EESJ

Para traçar o perfil socio-demografico dos alunos da EESJ-IAPEN a pesquisa aplicou o questionário e obteve 20 participações. Buscou-se levantar a idade, cor, naturalidade, estado civil, grau de instrução, religião, profissão e situação profissional do aluno apenas antes da reclusão.

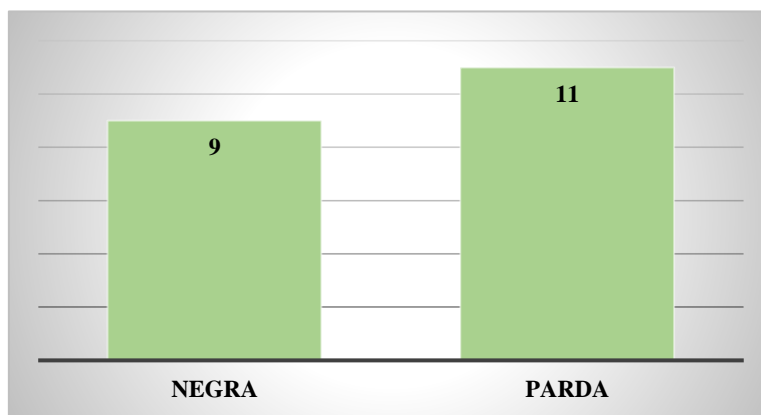
**Gráfico 5: Idade dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 5 percebe-se que dos 20 alunos apenas que responderão o questionário sócio demográfico 3 possuem 25 anos, sendo esta a idade com maior quantitativo da amostra. Este dado é necessário para a definição do perfil das turmas e assim direcionar as atividades conforme suas faixas etárias.

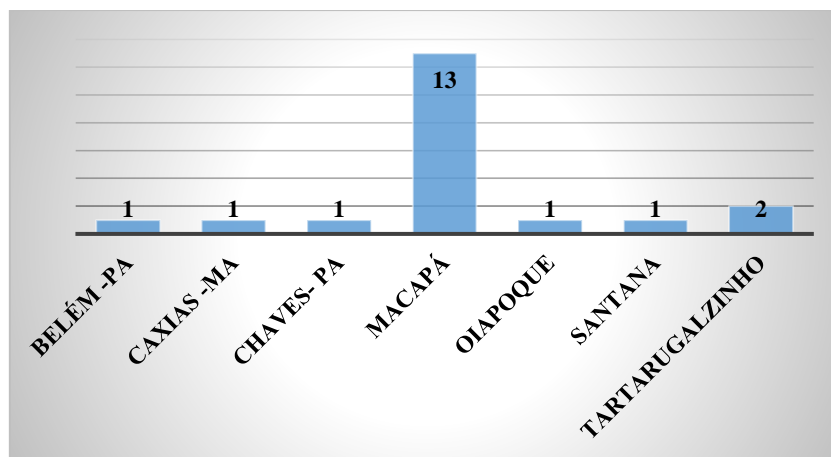
**Gráfico 6: Cor dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 6 percebe-se que 11 alunos se enquadraram na cor parda. O intuito de levantar este dado é de ter atenção na abordagem de conteúdos relativos a questões culturais, sociais e discriminatórias.

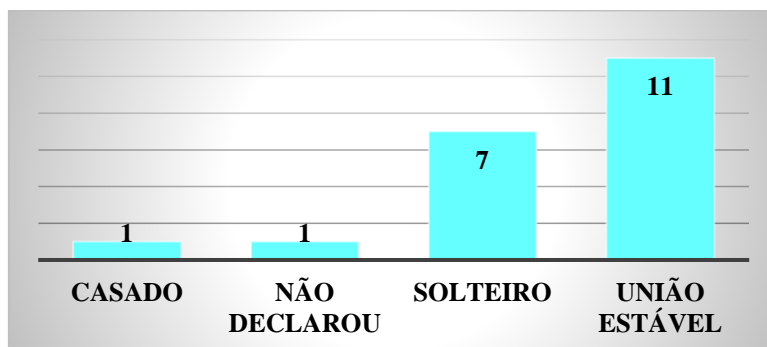
**Gráfico 7: Naturalidade dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Com o objetivo de identificar a origem dos alunos apenados da EESJ-IAPEN a pesquisa levantou a naturalidade dos alunos apenados para verificar se haviam representatividade de outros estados do Brasil e buscar compreender a regionalidade de origem deles. No gráfico 7 percebe-se que há alunos dos estados do Maranhão, Pará, Amazonas e do Amapá.

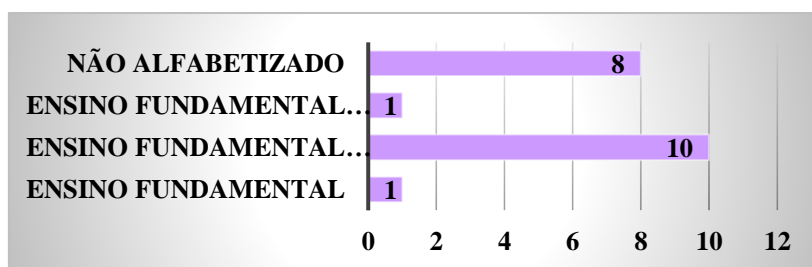
**Gráfico 8: Estado Civil dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 8, verificou-se que os alunos apenados da EESJ-IAPEN na maioria declaram possuir união estável, vale ressaltar que, o IAPEN, incentiva e promove casamento e união estável, através de parceria com a VEP e Igrejas que evangelizam no sistema, como forma de apoio para formação familiar e incentivo a reintegração social.

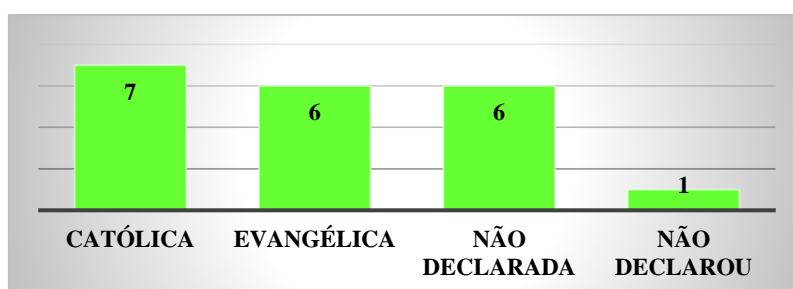
**Gráfico 9: Grau de Instrução dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Com o intuito de verificar o grau de instrução do aluno apenado, o gráfico 9, descreve que uma parcela significativa dos alunos matriculados na EESJ, apresentam um nível educacional baixo ou não são alfabetizados.

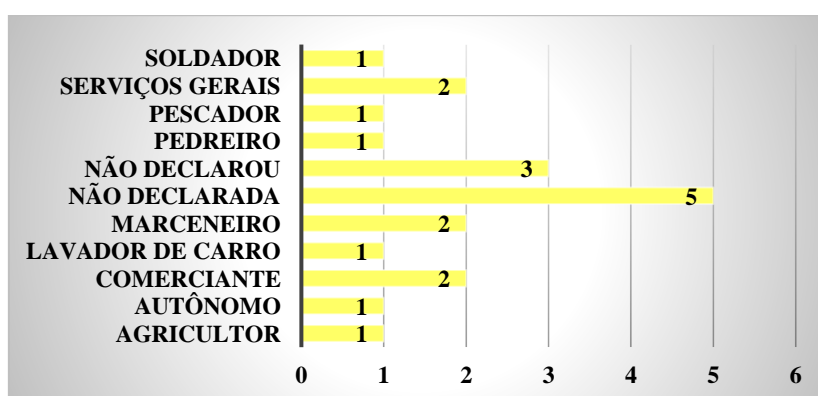
**Gráfico 10: Religião dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Pelo fato do Brasil, ser considerado um País em que a maioria da população se denomina cristã, houve a necessidade de identificar o pluralismo religioso no IAPEN. No gráfico 10 ficou evidente essa projeção religiosa entre os alunos apenado que frequentam a EESJ.

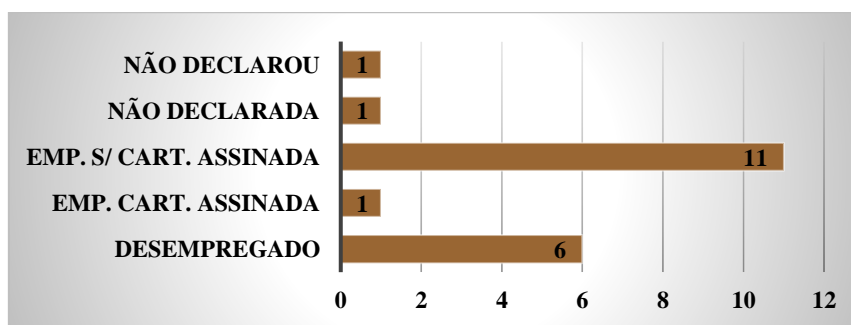
**Gráfico 11: Profissão dos Alunos da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Visando identificar se o aluno apenado exercia uma atividade profissional antes do cárcere, no gráfico 11, evidenciou-se que a grande maioria exercia atividade diversificada. O que facilita na promoção de cursos profissionalizantes para o aluno apenado.

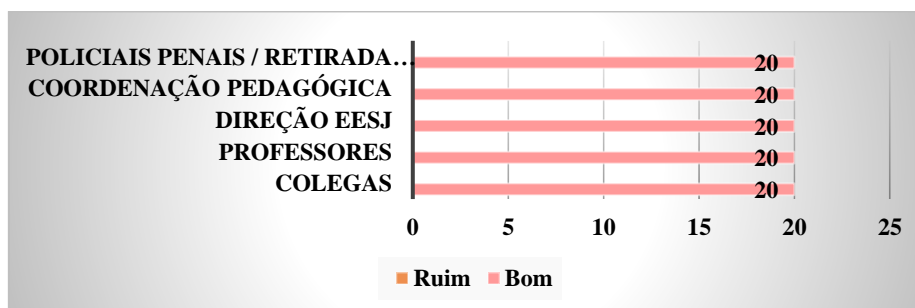
**Gráfico 12: Situação Profissional dos Alunos da EESJ-IAPEN antes da Reclusão**



Fonte: Dados da pesquisa

Com o intuito de analisar se o aluno apenado estava inserido no mercado de trabalho antes do cárcere, o gráfico 12, evidenciou-se que a grande maioria exercia atividade laboral sem carteira assinada.

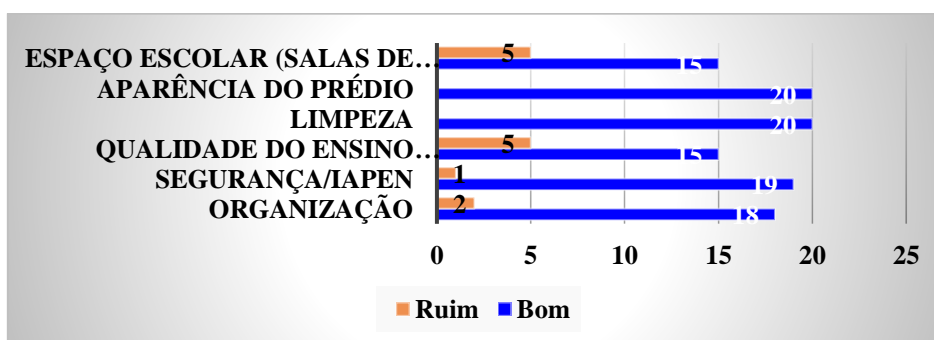
**Gráfico 13: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN sobre o Relacionamento na Escola**



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 13, o relacionamento do aluno apenado com os profissionais do IAPEN e profissionais da EESJ, mostrou-se favorável, sendo uns dos elementos essenciais para a construção do processo educacional.

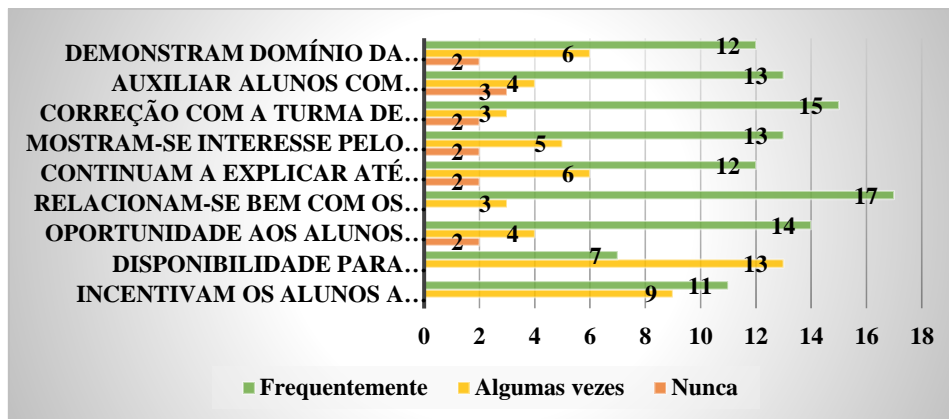
**Gráfico 14: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN da Classificação de Aspectos da Escola**



Fonte: Dados da pesquisa

Considerando a infraestrutura da EESJ, o gráfico 14 informou os aspectos positivos preponderante relacionado a percepção do aluno quanto ao espaço escolar, garantindo um aspecto favorável ao processo de ensino aprendizagem.

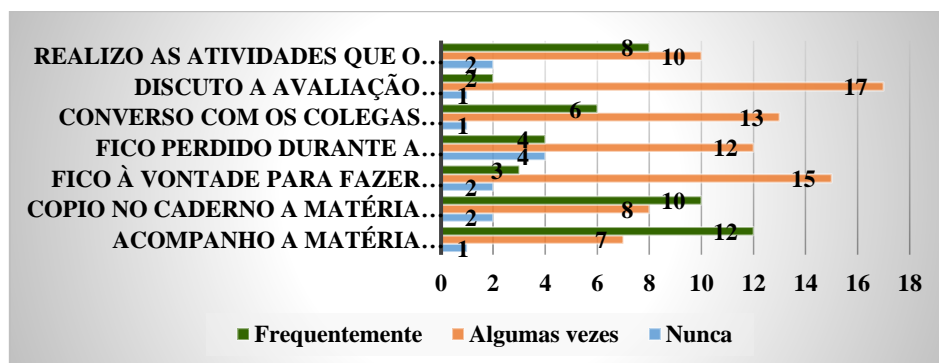
**Gráfico 15: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN da Atuação dos Docentes**



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 15, de acordo com a percepção do aluno apenado matriculado a EESJ, evidenciou-se a atuação ativa dos docentes na construção de uma educação de qualidade voltada para o aluno apenado que se encontra no carece do IAPEN.

**Gráfico 16: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN da sua Atuação como Discente**

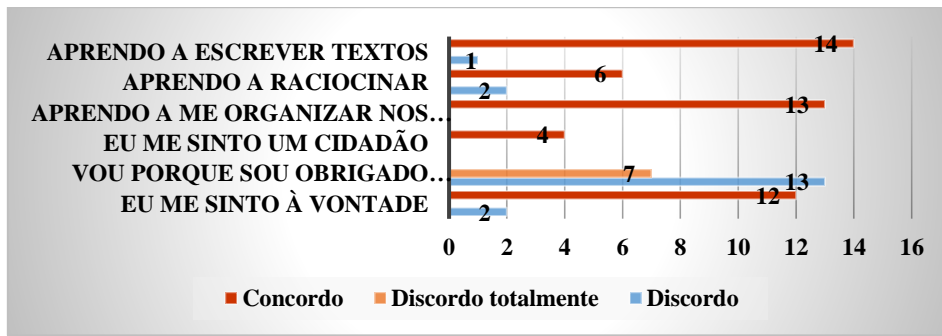


Fonte: Dados da pesquisa

Para analisar a percepção dos alunos da EESJ, sobre o desenvolvimento da aprendizagem quanto a capacidade de compreensão, o gráfico 16 mostrou uma frequência positiva neste aspecto.



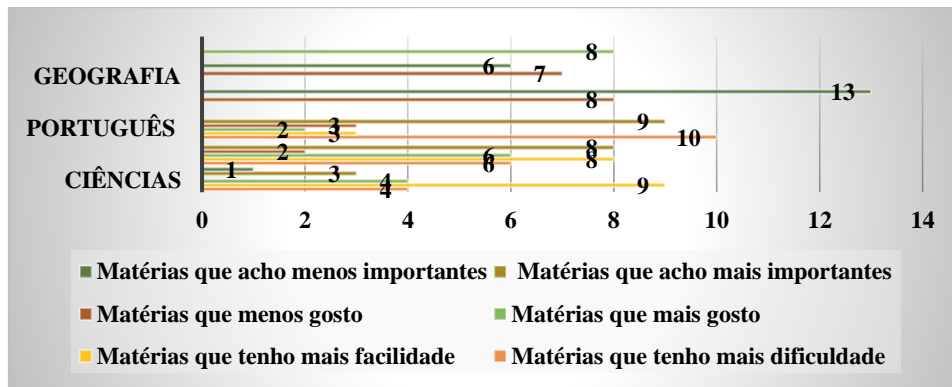
**Gráfico 17: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN em Relação a seu Aprendizado**



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 17, propicia aspecto positivo quanto ao desenvolvimento cognitivo do aluno apenado da EESJ, proporcionando também um desenvolvimento individual e social deste alunado.

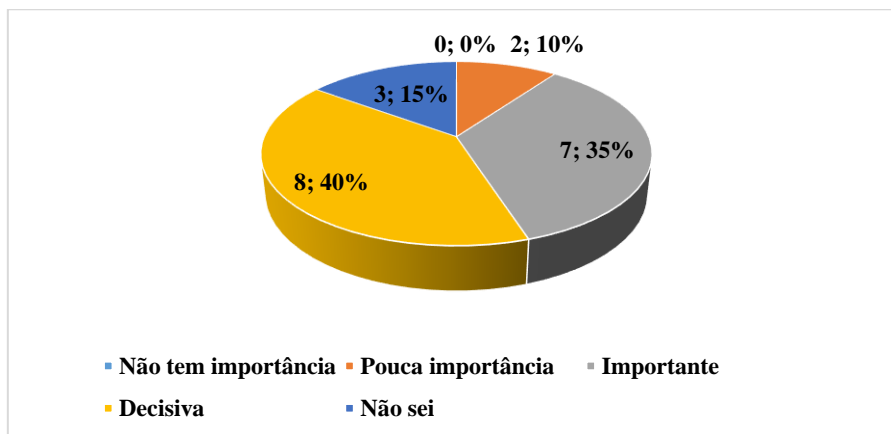
**Gráfico 18: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN em Relação a seu Ano Escolar**



Fonte: Dados da pesquisa

A percepção dos alunos da EESJ em relação as disciplinas da matriz curricular da EJA prisional, o gráfico 19 demonstrou que na disciplina de língua portuguesa o aluno apenado possui maior dificuldade de aprendizagem.

**Gráfico 19: Percepção dos Alunos da EESJ-IAPEN sobre o Estudo em seu Futuro**



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 19, percebeu-se que o estudo formal para o aluno apenado é um fator de suma importância, principalmente no que incide ao resgate social.

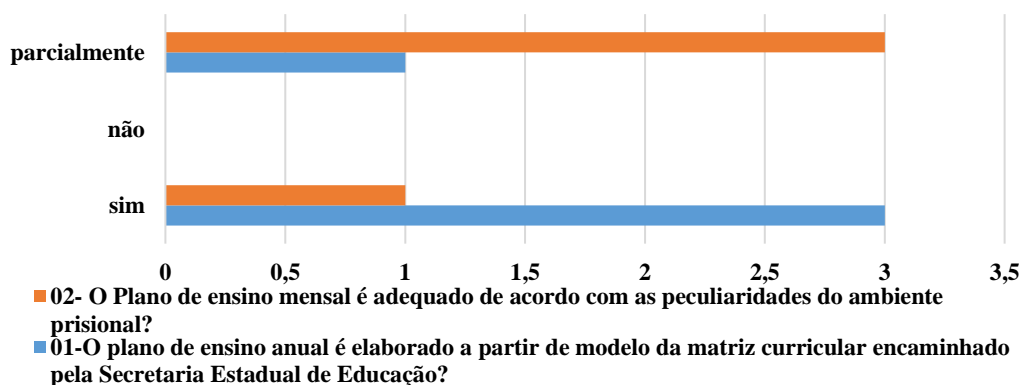
A próxima etapa da pesquisa coletou dados referentes as práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes para a qualificação, diversidade e inserção social da EESJ e analisou na percepção dos docentes que atuam no processo de ensino-aprendizagem com os alunos apenados.

### 5.3 Práticas Pedagógicas utilizadas pelos Docentes para a Qualificação, Diversidade e Inserção Social da EESJ

A educação destinada aos sistemas prisionais, objetiva desenvolver plenamente as potencialidades educacionais de cada aluno apenado, os quais também deveriam minimizar os efeitos negativos do encarceramento, melhorar as perspectivas de reinserção, autoestima ética e moral deste alunado.

Entretanto, observa-se que para isso, deve estar fundamentada em valores democráticos parte da seleção de conteúdos adequados a realidade prisional, e que ofereçam uma perspectiva plural a respeito dos mais variados assuntos.

**Gráfico 20: Plano de Ensino na EESJ-IAPEN**



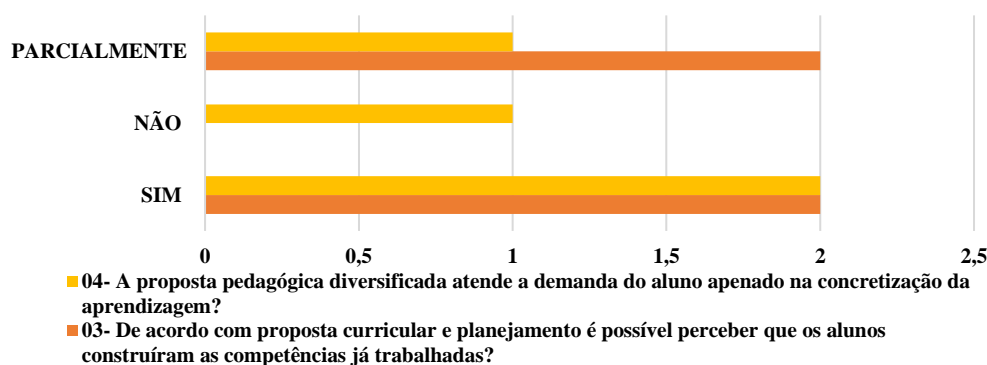
Fonte: Dados da pesquisa

Ao perguntar aos Docentes da EESJ se a plano de ensino mensal é adequado de acordo com as peculiaridades do ambiente prisional, pode-se verificar que 3 docentes responderam que sim.

Também foi questionado se o plano de ensino anual é elaborado a partir do modelo da matriz curricular encaminhado pela Secretaria Estadual da Educação do Amapá onde se verifica que 3 docentes responderam que parcialmente, sendo estes os resultados mais relevantes.

Ao contrário do que ocorre na maioria das profissões, a jornada dos docentes precisa incluir tempo para estudo e planejamento das aulas. Assim, o MEC recomenda que o período lecionando não ultrapasse 40 horas semanais, a fim de evitar jornadas extenuantes e o comprometimento da saúde mental dos professores. Com isso, o gráfico demonstra que tanto o plano de ensino anual e mensal de acordo com as possibilidades são adequadas as peculiaridades do ambiente prisional.

**Gráfico 21: Prática Pedagógica e Diversidade do Ensino na EESJ-IAPEN**



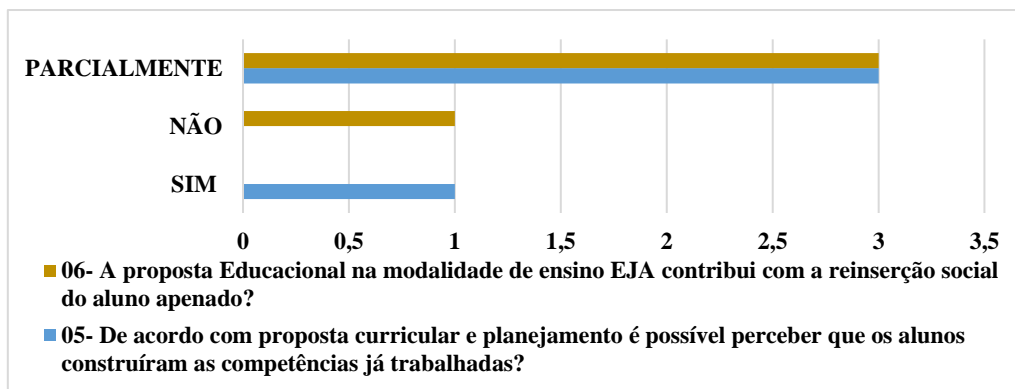
Fonte: Dados da pesquisa

A promoção de conteúdos que valorizem a diversidade e a prática social é necessário para apoiar o aprendizado efetivo, o que se observa no gráfico 6 que esta ação é parcialmente aplicada na proposta pedagógica, podendo ser melhorada afim de concretizar com mais efetividade a aprendizagem do aluno apenas da EESJ.

Foi perguntado aos docentes da EESJ se a proposta pedagógica diversificada atende a demanda do aluno apenas na concretização da aprendizagem com 2 docentes respondendo positivamente e 1 com entendimento de que atende parcialmente e 1 afirmou que não.

Ao mesmo tempo que foi questionado que de acordo com a proposta curricular e planejamento é possível perceber que os alunos construíram as competências já trabalhadas, 2 docentes afirmaram que sim e 2 responderam parcialmente.

**Gráfico 22: Prática Pedagógica e a Proposta Educacional da EJA na EESJ-IAPEN**

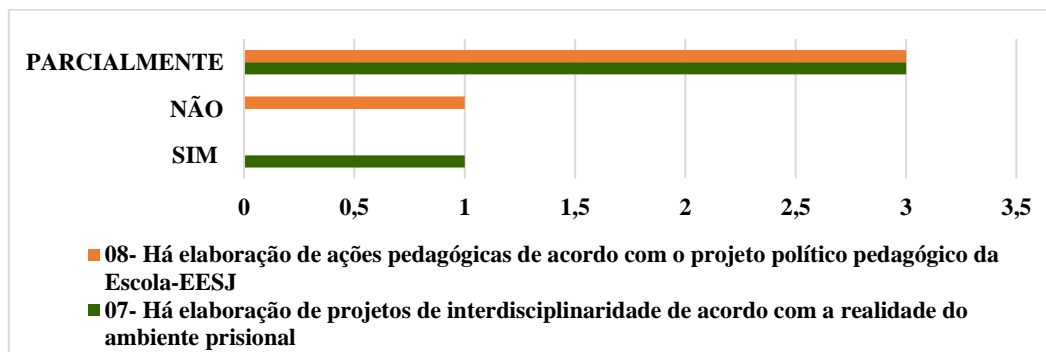


Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 22 demonstra que a modalidade EJA, traz uma assistência educacional com propostas voltada para o tratamento penal como meio para que o aluno privado de liberdade também seja direcionado para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para a reintegração social, por mais que se apresente de maneira parcial, mas já é um começo para a garantia de uma educação de qualidade não só para o homem livre, como também para aquele que se encontra no cárcere.

Pode-se perceber que 3 professores responderam que a proposta educacional na modalidade de ensino EJA contribui com a reinserção social do aluno apenado e que de acordo com proposta curricular e planejamento é possível perceber que os alunos construíram as competências já trabalhadas.

**Gráfico 23: Prática Pedagógica e Qualificação Do Ensino na EESJ-IAPEN**



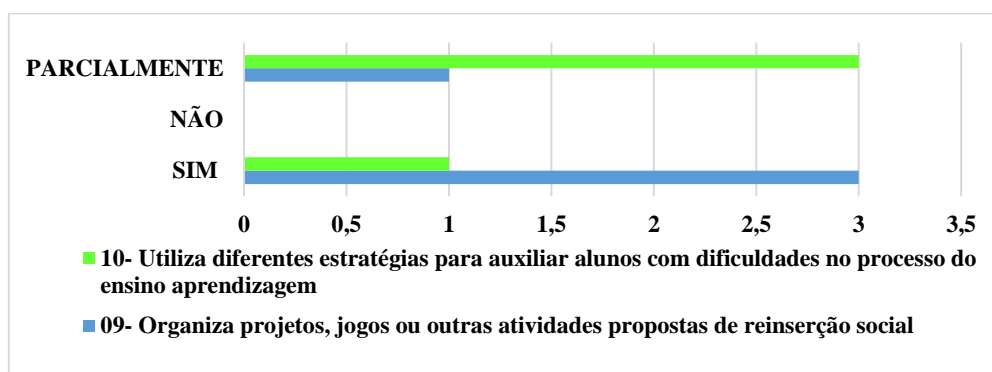
Fonte: Dados da pesquisa

A elaboração de uma proposta pedagógica voltada para a realidade do aluno, é instrumento de grande relevância para se garantir um trabalho de qualidade na instituição,

é nela que se estabelecem os objetivos, as metas que se pretende atingir e as aprendizagens que se deseja promover.

No gráfico 23 com a resposta de 3 professores indicando que concordam parcialmente que há elaboração de ações pedagógicas de acordo com o projeto político pedagógico da EESJ e que há elaboração de projetos de interdisciplinaridade de acordo com a realidade do ambiente prisional, foi possível visualizar que a interdisciplinaridade trabalhada no projeto político pedagógico-PPP, oferece aos alunos apenas do IAPEN, oportunidades que facilitam a convivência com demais presos, família e funcionários, sendo esta uma das propostas que visam fazer com que estes, compreendam a importância de participarem ativamente de todos os aspectos da educação.

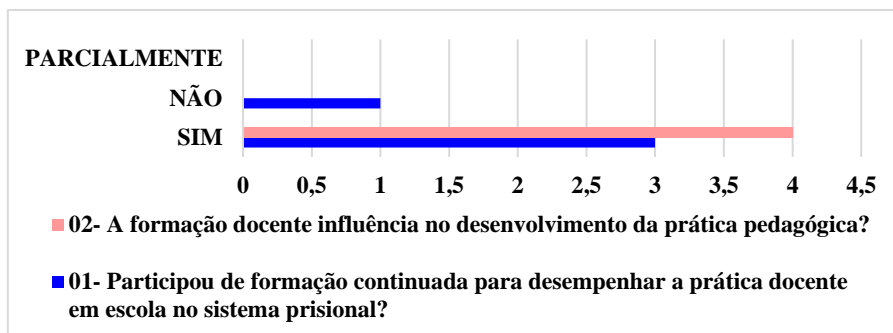
**Gráfico 24: Prática Pedagógica e Ações de (Re)Inserção**



Fonte: Dados da pesquisa

Com o gráfico 24 foi possível visualizar que 3 professores aplicam parcialmente a prática pedagógica e ações de (re)inserção que utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades do ensino-aprendizagem e organizam projetos, jogos ou outras atividades propostas de reinserção social, evidenciando assim que as ações educativas praticadas no IAPEN, são exercidas de uma forma mais eficaz no processo de ensino aprendizagem do interno, seja através de projetos educacionais, pequenos cursos de qualificação profissional ou simplesmente torneios e jogos. Vale ressaltar que estas atividades criam condições de amplitude e conseqüentemente levam o aluno apenas a compreender-se e aceitar-se como indivíduo social, e assim possibilitar a construir projeto de vida trilhados por novos caminhos.

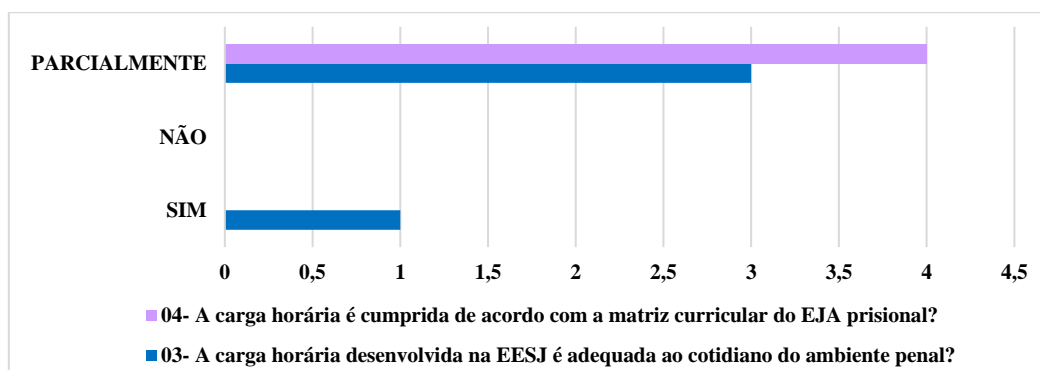
**Gráfico 25: Prática Pedagógica e Formação Docente na EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 25 é possível perceber que a maioria dos professores que responderam ao questionário, evidenciam o processo de formação docente como fator essencial para a promoção de conhecimentos teóricos e que, unidos às experiências cotidianas, facilitam vencer as dificuldades e os problemas exercidos pela profissão no ambiente prisional.

**Gráfico 26: Prática Pedagógica e Carga Horária na EESJ-IAPEN**



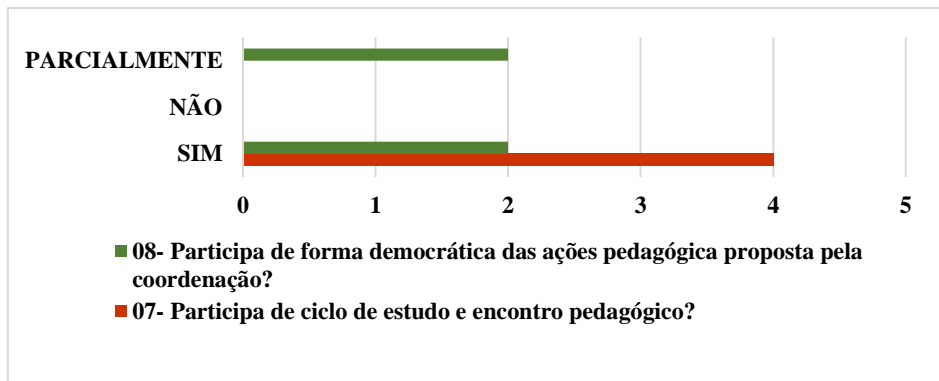
Fonte: Dados da pesquisa

Vale ressaltar que o ano possui 365 dias enquanto o ano letivo precisa cumprir, no mínimo 200 horas e 800 dias, sendo que a carga horária não se diferencia na matriz curricular do EJA-prisional, mas diante das peculiaridades do ambiente prisional e a COVID, poderiam ser flexibilizados, desde garantidas as 800 horas mínimas.

Para melhor cumprimento dessa carga horária, os docentes da EESJ, foram orientados a promover atividades extra classe com material de suporte pedagógico, no qual o aluno apenas desenvolvia no tempo em que estivesse alojado na cela, tendo a garantia das condições necessárias para realizar as atividades.

Segundo os professores, esta foi uma das alternativas que viabilizou o cumprimento da carga horária e atendimento aos alunos, o que resultou num aspecto positivo.

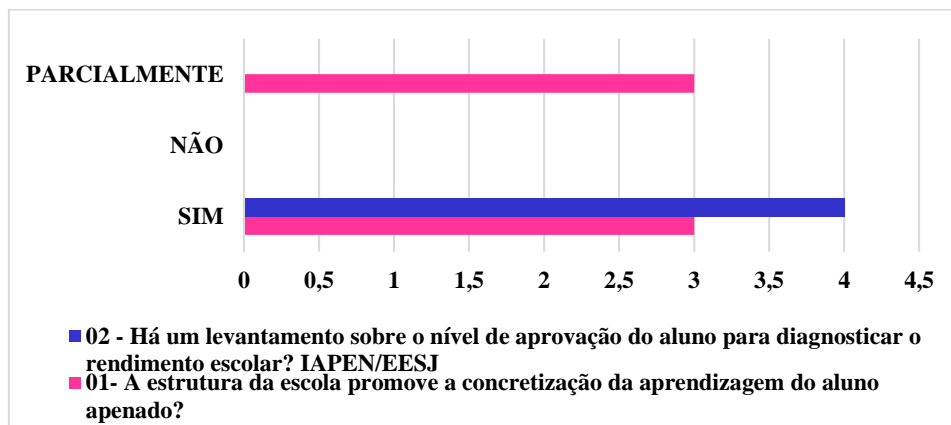
**Gráfico 27: Prática Pedagógica, Gestão e Estudos Contínuos na EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Segundo os participantes da pesquisa e exposto no gráfico 27, estes exercem de forma democrática as ações pedagógicas propostas pela atual gestão da EESJ, e que mesmo sem participarem das ações pedagógicas propostas não os isentam de participarem de questões a serem debatidas e aperfeiçoadas nos círculos de estudos propostos pela coordenação, principalmente com temas referidos ao processo ensino-aprendizagem.

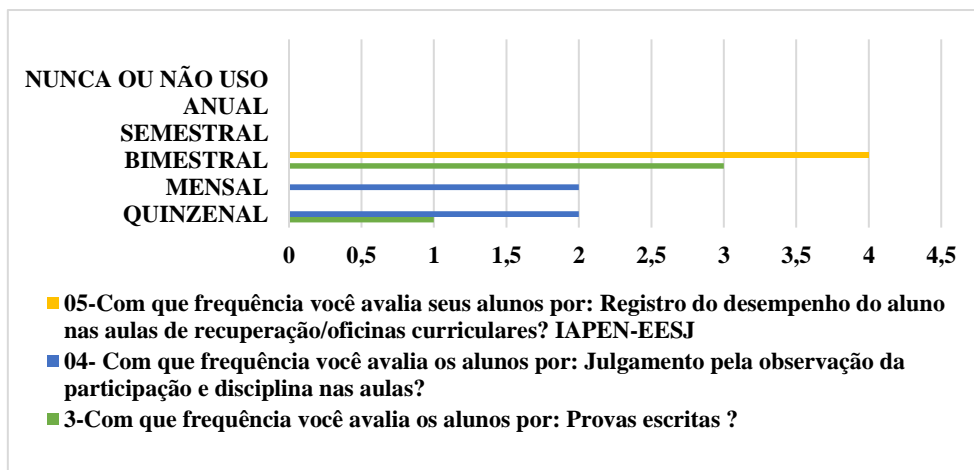
#### Gráfico 28: Diagnóstico e Promoção Do Ensino na EESJ



Fonte: Dados da pesquisa

O ambiente educativo, também é um dos indicadores de qualificação do ensino, apesar da EESJ está localizada no interior de uma Instituição penal, a sua estrutura tanto organizacional quanto física, proporcionam um ambiente favorável ao aspecto de ensino aprendizagem, entretanto ainda se faz necessário não somente um levantamento de diagnostico no índice de aprovação e reprovação que se mostra favorável no gráfico 28, porém avaliar os meios de acesso e permanência desse alunado no decorrer o ano letivo.

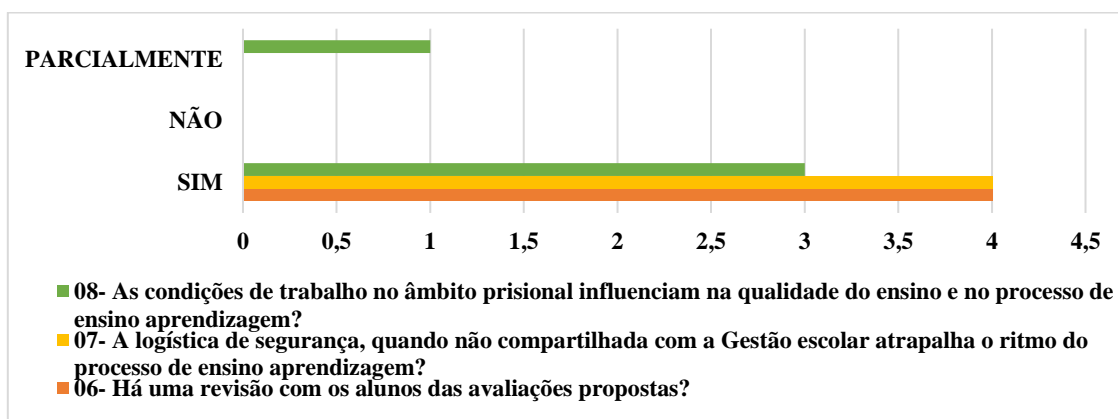
#### Gráfico 29: Avaliação no Processo de Ensino na EESJ-IAPEN



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 29 mostra as relações que são geradas durante e após o ciclo de aplicação dos mais variados instrumentos avaliativos, no quais a frequência ajuda a diagnosticar o aprendizado do aluno e analisar quanto a metodologia de ensino está sendo eficiente, e neste aspecto apesar das definições de conceitos de como avaliar, o quadro é favorável ao trabalho e fazer pedagógico dos professores da EESJ.

**Gráfico 30: Logística e Revisão de Avaliação na EESJ-IAPEN**

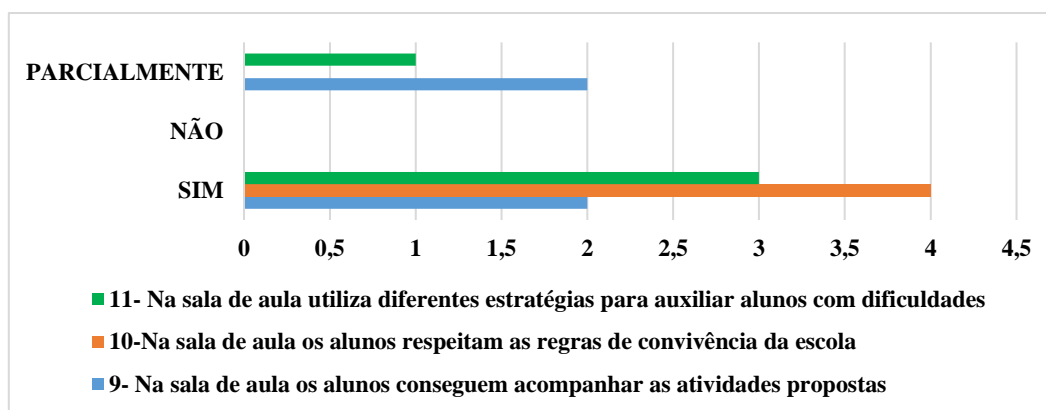


Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 30 demonstra que apesar de indicar a vulnerabilidade do ambiente prisional, também pontua que a logística entre os setores de segurança e educação têm papel fundamental que devem ultrapassar as questões peculiares ao sistema e priorizar condições que permite a obtenção positiva da minimização da criminalidade numa dimensão de reinserção social através do processo educativo.

**Gráfico 31: Estratégia e Acompanhamento de Atividades Propostas da EESJ-IAPEN**





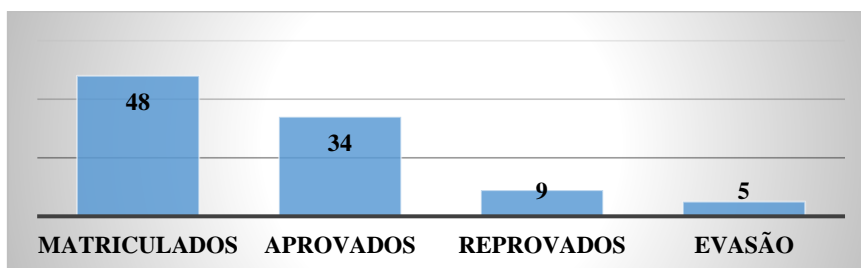
Fonte: Dados da pesquisa

Apesar das limitações do sistema prisional, o professor ao utilizar estratégias diferenciadas de ensino-aprendizagem, tem a oportunidade de proporcionar uma participação mais ativa do aluno apenas durante a construção do conhecimento, visto que também a eficiência da prática pedagógica é essencial para garantir que qualquer aluno tenha o máximo desenvolvimento cognitivo possível, apesar de suas dificuldades, como exposto no gráfico 31, evidenciando que o preparo do professor beneficia, na verdade, todos os seus alunos.

#### 5.4 Índice de Rendimento Escolar das Modalidades de Ensino da EESJ-IAPEN

Considera-se que a prática pedagógica é um processo que está inteiramente ligada na teoria e prática docente, e devido a esse elo, houve a operacionalização da relação de dados a partir das variáveis quanto a avaliação da aprendizagem de acordo com o nível de aprovação, reprovação e evasão no ano de 2021 de alunos apenas matriculados na instituição de ensino em todos os seguimentos da EJA voltados para o sistema prisional.

**Gráfico 32: 1ª Etapa do Ensino Fundamental I – EJA da EESJ-IAPEN**

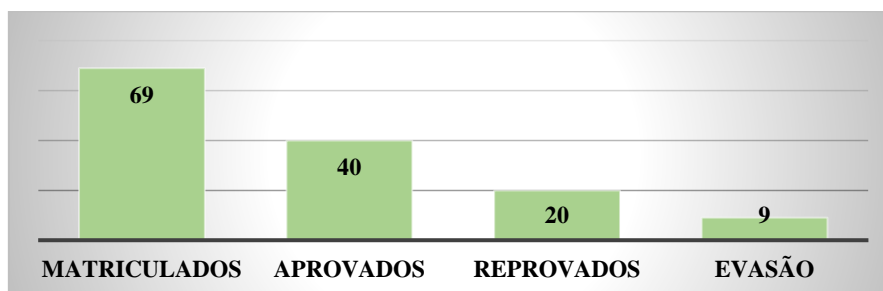


Fonte: Dados da pesquisa

Contudo, para lidar com a análise do resultado de dados, houve uma entrevista individual no anexo I somente com o alunado da 1ª etapa do ensino fundamental-I, que é o público alvo da pesquisa.

Na 1º Etapa do Ensino Fundamental I - Jacome 48 (quarenta e oito) alunos matriculados, destes, 34 (trinta e quatro) foram aprovados, 09 (nove) reprovados e constatou-se 05 (cinco) abandonos. De acordo com os dados 72% da turma obtiveram êxito no processo educacional, entretanto 18% da turma foram reprovados e 10% da turma registrou evasão.

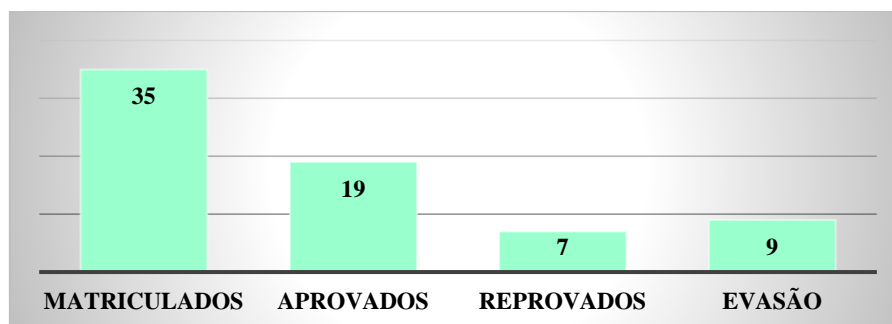
**Gráfico 33: 2ª Etapa do Ensino Fundamental-I EJA da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Já na 2º Etapa do Ensino Fundamental I – EJA, dos 69 (sessenta e nove) alunos matriculados, 40 (quarenta) foram aprovados, 20 (vinte) reprovados e houve 09 (nove) evasões. O gráfico 18 evidencia que 58% da turma obteve aprovação entretanto no número de reprovados foi de 29% e 13% da turma de evasão.

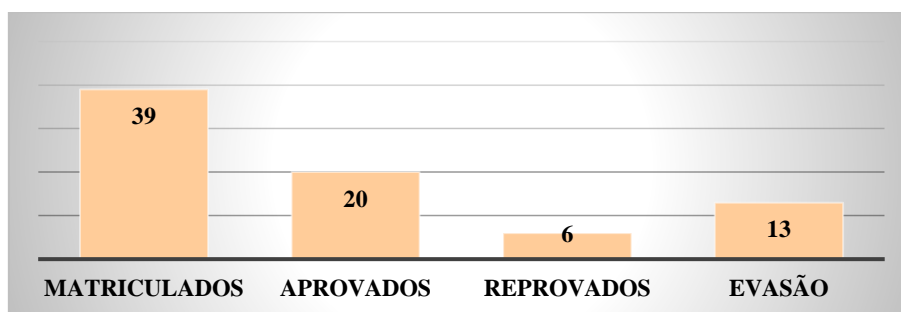
**Gráfico 34: 3ª Etapa do Ensino Fundamental-I EJA da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a 3º Etapa do Ensino Fundamental II – EJA dos 35 (trinta e cinco) alunos da turma, foram aprovados referindo-se à 52% da turma, contudo o índice de 26% de reprovados e 20% de evasões, demonstram sinais de alerta no processo de ensino referente a esta etapa da EJA.

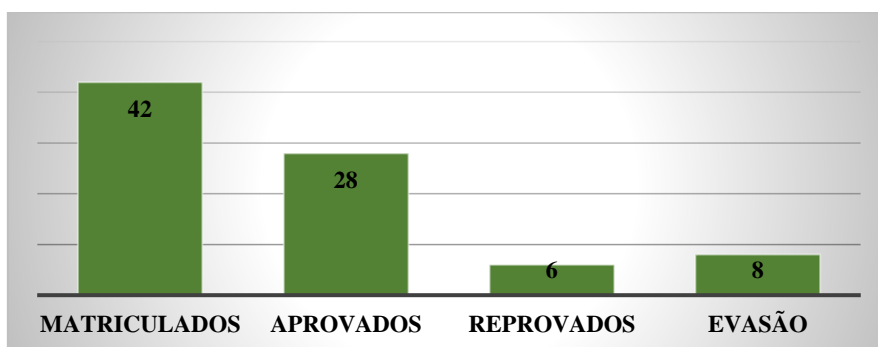
**Gráfico 35: 4ª Etapa do Ensino Fundamental-I EJA da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Contudo na 4ª Etapa do Ensino Fundamental II, houve uma elevação de evasão em relação as demais turmas, sendo que dos 39 (trinta e nove) alunos matriculados destes 20 (vinte) que equivale a 52% foram aprovados, 06 (seis) 13% de reprovados e registrado 13 (treze) somatizando 37% de evasões, ressaltando que esta turma apresentou o maior índice de evasão em relação as demais do EJA fundamental.

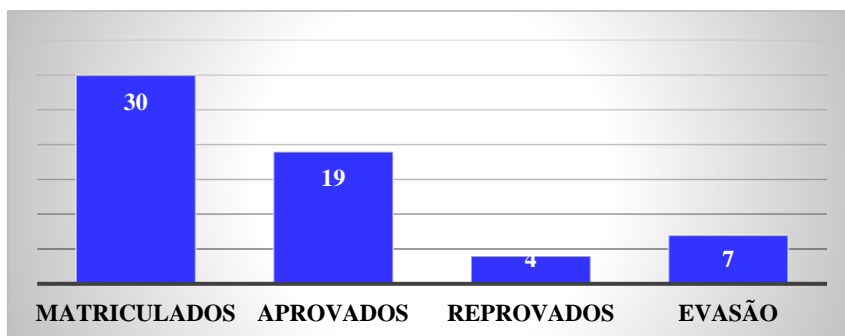
**Gráfico 36: 1ª Etapa do Ensino Médio EJA da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Na 1ª etapa do Ensino Médio na modalidade da EJA, dos 42 (quarenta e dois) alunos, registrou-se 28 (vinte e oito) 67% de aprovados, 06 (seis) 14% reprovações e 08 (oito) 19% de evasões, somando-se um quantitativo elevado de reprovação e evasão.

**Gráfico 37: 2ª Etapa do Ensino Médio EJA da EESJ-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

Já na 2ª etapa do Ensino Médio, foram matriculados 30 alunos, nesta turma 19 (dezenove) alunos obtiveram 67% de aprovação, 04 alunos referente a 11% foram reprovados e 07 alunos evadiram-se equivale a 22% registraram um número elevado referente a evasão da 1ª etapa do Ensino Médio da EJA.

No contexto relacionados aos gráficos apresentados nesta pesquisa referentes as turmas inseridas na educação prisional da EESJ, evidenciam a necessidade de potencialização das prática educativas referente a minimização dos índices negativos referente a evasão de alunos, sendo que, a relevância destes dados poderá possibilitar o desenvolvimento de diversas metodologias aos docentes, por meio de leituras, reflexões e ciclos de estudos, afim de levar uma compreensão a respeito dos motivos que levam os alunos a abandonar as salas de aula mesmo sendo no ambiente prisional, onde os alunos apenados já se fazem presente continuamente por meio de cumprimento da pena.

Vele ressaltar, que apesar da turma de 1ª etapa da EJA do ensino fundamental I, que é o público alvo da pesquisa, mostrar um índice de melhor aproveitamento em relação ao ensino e aprendizagem da demais turmas, tais índices apresentam-se de forma desfavoráveis em relação a um todo e, onde poderão estar relacionados, tanto a fatores externos ou internos, aparentando à necessidade de se trabalhar em sintonia mútua entre as situações ligadas ao funcionamento da instituição escolar, segurança e execução da pena.

Os dados coletados, foram coletados de acordo com o Conselho de Classe da EESJ, contudo o índice de evasão se mostra pertinente em relação ao quadro evidenciado. A evasão neste contexto, mostra-se como um quadro desfavorável que precisa ser repensado e estudado, para que o profissional da educação e da segurança, despertem para à necessidade de estado de mudança e métodos de potencialização das prática educativas e gestoras do sistema penal amapaense.

Faz-se necessário que a escola entenda os problemas que levam à reprovação e evasão do aluno apenado, para poder instituir de forma mais consciente as ações que buscam a minimização do quadro e, quem sabe, até mesmo sua superação dos índices apresentados.

## **CAPITULO 6: CONCLUSÕES**

Após o referencial teórico desenvolvido, a coleta de dados realizada com a aplicação do questionário e as respostas obtidas, foi possível realizar a análise dos dados e assim chegar as conclusões descritas neste capítulo.

O problema proposto no que tange a prática da ação pedagógica na 1ª etapa do ensino fundamental EJA na EESJ, se atende às expectativas necessárias para o desenvolvimento das habilidades educacionais dos alunos reclusos no IAPEN, ressalta-se que o desempenho da efetividade educacional é percebido na metodologia e qualificação do ensino no processo de aprendizagem do aluno apenado, foi devidamente respondido e está evidenciado a medida que a eficiência da prática pedagógica mais significativa e inclusiva adequada a valores e seleção de recurso didáticos a realidade do contexto prisional possui um percentual de 75% de concordância parcial, e também a eficácia tem 75% de concordância parcial, quanto a efetividade propriamente dita tem por parte dos docentes uma percepção razoavelmente média, desde que os planejamentos de ensino estejam alinhados a propostas curriculares que valorizem a diversidade e a prática social requisitos necessário para apoiar o aprendizado efetivo, sendo observado no gráfico 6 que esta ação é parcialmente aplicada na proposta pedagógica, podendo ser melhorada afim de concretizar com mais efetividade a aprendizagem do aluno apenado da EESJ.

Na estrutura do objetivo geral e dos objetivos específicos foram construídas questões a serem respondidas à medida que os objetivos eram alcançados e estas tiveram suas respostas com os resultados da análise dos dados coletados.

Para contextualizar o atendimento educacional no cárcere, foi necessário realizar um breve levantamento bibliográfico, cujo no capítulo 1 foi dissertado sobre a Educação no Sistema Prisional Brasileiro elencando a História, Conceito e legislações, cujo Thompson (1980, p.64) destaca a educação prisional como direito social. Takada (2010), Saraiva, Lopes (2011) relatam a perspectiva histórica e teórica do processo de instituição da Educação formal dentro do sistema prisional brasileiro, também Foucault, (1987) e Vasquez, Sanchez (2008) também foram utilizados como referenciais teóricos na corroboração dos conceitos e teorias relativos a concepções de Educação Prisional. Foi realizada uma explanação relacionada ao caráter complexo de organização e funcionamento das políticas de educação escolar nas prisões brasileiras, tendo Oliveira (2013), Scarfó, Breglia e Frejtman (2011), Silva e Moreira (2011), Bucci (1997) e Souza (2006), como referenciais teóricos. Sob o aspecto teórico de Salla Fernando (1999) e

Onofre (2007), permite verificar a eficácia da estruturação e fomentação de ações políticas direcionadas ao desenvolvimento das práticas educativas no interior do sistema penitenciário. Sintetizando os conceitos e teorias abordados conclui-se que os autores têm um consenso referente a construção de uma política pública voltada para a efetivação e qualificação da Educação Prisional como uma questão de direitos humanos fundamentais e sociais, inclusive para a pessoa privada de liberdade.

Para ampliação do resultado da coleta de dados, buscou-se esclarecer a seguinte questão: Se a prática pedagógica desenvolvida pelo corpo docente da Escola Estadual São José, atende as expectativas necessárias para o desenvolvimento das habilidades e competências educacionais dos alunos apenados inserido na 1ª fase do EJA?

Houve uma abordagem concisa, clara e articulada representada nos gráficos 3 e 4, nos quais especificou aspectos positivos quanto a qualificação profissional, formação continuada, e experiência profissional dos professores que atuam neste contexto são profissionais selecionados, qualificados, possuem experiência na EJA e com alunos privados de liberdade.

A segunda pergunta, refere-se de que forma as práticas docentes diferenciadas são agregadas em políticas e ações pedagógicas que evidenciem o ambiente pesquisado? Os dados teóricos sobre prática pedagógica e metodológicas de ensino incentivadoras se apresenta como um desafio à participação dos alunos apenados no processo educativo, por mais que sejam permeados por uma base política estimuladora de transformações sociais.

Os nativos educacionais, Freire (1979), Gadotti (1999), Melo (2008) descrevem a autenticidade exigida no exercício diferenciado da prática pedagógica. Penna (2006, pg.33) caracteriza a prática educativa no sistema prisional de acordo com o contexto e especificidades deste ambiente e este fato evidencia a submissão do fazer escolar às regras e procedimentos de acordo com as ações cotidianas desenvolvidas no estabelecimento prisional.

Para esta realidade peculiar o docente da EESJ demonstrou eficiência e eficácia ao promover ações educacionais para viabilizar o processo de ensino também como dever social, por esse motivo Saviani (1997) interage neste cenário em que o professor deve estar sempre atento ao indivíduo que ele irá formar a partir de sua prática.

A educação prisional na modalidade EJA tem sua previsão regulatória na LDBEN, a partir das orientações, o Conselho Nacional de Educação emite o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (Parecer CNE e CNB nº. 11/2000) e aprovação da

Resolução nº 2/2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que estabelece normas de caráter obrigatório a serem observadas pelos sistemas de ensino na oferta de educação formal às pessoas privadas de liberdade, tanto os penalmente sentenciados como os presos provisórios do sistema carcerário brasileiro, o que se percebe de forma clara a busca de qualidade na efetividade da Educação prisional

O terceiro questionamento foi: se as peculiaridades do ambiente prisional, as quais nem sempre são favoráveis influenciam no processo de aprendizagem do aluno apenado?

Os docentes que lecionam na EESJ demonstraram-se perceptíveis às necessidades e reconhecem a instabilidade emocional que se encontra o aluno encarcerado, a relevância preocupação em relação a identidade aprisionada, conseguem identificar os motivos que o levam a frequentar a escola e as barreiras que encontram para desenvolver seus trabalhos em virtude do encarceramento, sinalizando como necessário que a construção do conhecimento ocorra de forma mais participativa e consciente da sua finalidade e como elementos essenciais para o desenvolvimento das competências e habilidades referente ao processo de ensino aprendizagem.

No instrumento de pesquisa (anexo II) as questões foram elaboradas a luz dos conceitos referentes a descrição técnica que norteia a eficiência da prática pedagógica utilizada como ferramenta para a qualificação do ensino e promoção da diversidade e inserção social, afim de identificar as dificuldades vivenciadas pelo docente ao estruturar o planejamento com foco nos resultados acerca do nível de aprovação e reprovação do aluno como termômetro avaliativo para a busca de melhoria na qualidade do ensino prisional.

O objetivo era justamente coletar dados que pudessem responder o questionamento feito em relação qualidade do ensino ofertado para o aluno que se encontra recluso no IAPEN, e foram obtidos resultados a contento onde entre os docentes que concordam com sim, não concordaram ou concordaram parcialmente coma efetividade do aspecto positivo quanto ao desenvolvimento cognitivo do aluno apenado da EESJ

A evasão neste contexto, mostra-se como um quadro desfavorável que precisa ser repensado e estudado, para que o profissional da educação e da segurança, despertem para à necessidade de estado de mudança e métodos de potencialização das prática educativas e gestoras do sistema penal amapaense.

Faz-se necessário que a escola entenda os problemas que levam à reprovação e evasão do aluno apenado, para poder instituir de forma mais consciente as ações que

buscam a minimização do quadro e, quem sabe, até mesmo sua superação dos índices apresentados.

A análise dos dados do questionário aplicado aos professores também apontou a necessidade de oportunizar momentos de reflexões e diálogos da prática pedagógica, aprofundando teoricamente as concepções de educação. Esta questão evidenciou-se quando questionados sobre a maior dificuldade em realizar o trabalho em virtude do encarceramento, a maioria ter escolhido como fator de limitação os recursos, o material que pode ser utilizado, reflete as restrições do contexto e a interferência desta cultura na sua prática pedagógica.

Ficou evidenciado na coleta e análise de dados dos gráficos 23 24 e 27, apontou a necessidade de oportunizar ao professor participante da pesquisa, momentos de reflexões e diálogos da prática pedagógica.

Os resultados apresentados nos gráficos 32,33,34,35, 36 e 37 evidenciam um índice expressivo de evasão escolar, apresentando a necessidade de trabalhar estrategicamente a consciência cidadã do aluno apenado, dirigindo ações à pessoas não a detentos é um grande desafio da educação, frente ao fenômeno da prisonização, uma vez que está influencia a maneira de ser e agir do sujeito, que precisam ser compreendidos para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma significativa.

Na quinta questão buscou resposta referente a formação acadêmica do docente tem relação com sua percepção sobre a efetividade da pratica pedagógica? O estudo traçou o grau de instrução acadêmica dos participantes da pesquisa, coletando seus dados acadêmico em relação a especialização, mestrado; doutorado e pós-doutorado.

O objetivo de levantar estes dados foi realizar um cruzamento com os resultados obtidos sobre a percepção da efetividade da pratica pedagógica no processo de aprendizagem, pois supõe-se que quanto maior o grau de formação acadêmica, mais tempo e acesso a conteúdo, ferramentas e metodologias de ensino, leva o docente a ter uma percepção maior sobre a efetividade da didática educacional no processo de ensino e aprendizagem.

Com a tabulação conclui-se que dos 28 professores que fazem parte do quadro docente da EESJ, 12,44% dos professores possuem magistério e graduação, 7,26% tem somente graduação, 6,22% possuem pês graduação 1,14% possui mestrado e também 1,4% dos professores possuem doutorado este quadro apresenta uma percepção positiva em relação a efetividade das possibilidades e no processo construtivo da educação no ambiente prisional.



E a sexta pergunta foi o nível de percepção dos 20 alunos matriculados na 1ª etapa EJA- EESJ, sobre o relacionamento na escola? Respondendo à pergunta formulada, além de analisar o resultado apresentado no gráfico 13, o relacionamento do aluno apenas com os profissionais do IAPEN e profissionais da EESJ, mostrou-se favorável. Ao longo do estudo houve uma percepção positiva no gráfico 14 quanto a estrutura da escola.

Evidenciou-se no gráfico 15 a atuação ativa dos docentes na construção de uma educação de qualidade voltada para o aluno apenado que se encontra no cárcere do IAPEN, propicia aspecto positivo quanto ao desenvolvimento cognitivo do aluno apenado da EESJ, proporcionando também um desenvolvimento individual e social deste aluno.

Ressalta-se os gráficos 17,18 e 19 propícios aos aspectos positivos quanto ao desenvolvimento cognitivo do aluno apenado da EESJ, proporcionando também um desenvolvimento individual e social deste aluno.

Com estes esclarecimentos pode-se afirmar que o objetivo geral analisar as necessidades formativas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas o aperfeiçoamento da prática docente para uma educação prisional inclusiva, foi atingido.

O mesmo afirma-se em relação aos objetivos específicos de descrever a prática pedagógica utilizada pelos docentes correlacionadas a aprendizagem, diversidade e inserção social e identificar as dificuldades vivenciadas pelo docente ao estruturar a prática pedagógica como forma para comparar a prática pedagógica desenvolvida no ambiente prisional com os níveis de aprovação e reprovação.

Conclui-se que o estudo demonstrou sua justificativa com os resultados apresentados, que ao aplicar o questionário já serviu de instrumento de reflexão para os participantes e que práticas pedagógicas são ações conscientes e participativas que visam atender expectativas educacionais com o intuito de conquistar a atenção dos estudantes sempre foi uma preocupação para professores de todos os níveis educacionais e ao deixar um compêndio de dados e análises como legado para acadêmicos e professores, pois a educação evoluiu junto com o advento tecnológico, que trouxe para o ensino metodologias ativas, inovações e uma tempestividade em todo fluxo de aprender e ensinar, para professores e alunos, mesmo se tratando de escola inserida de sistema penal

O estudo aponta que, os dados coletados, foram de acordo com o Conselho de Classe da EESJ, contudo o índice de evasão se mostra pertinente em relação ao quadro evidenciado. A evasão neste contexto, mostra-se como um quadro desfavorável que precisa ser repensado e estudado, para que o profissional da educação e da segurança,

despertem para à necessidade de estado de mudança e métodos de potencialização das prática educativa e gestoras do sistema penal amapaense

No que tange as hipóteses foi corroborado que o professor pertencente ao quadro docente da EESJ, possui percepções da efetividade proveniente da prática pedagógica como ferramenta eficaz na construção da autonomia de pensamento e de ação, ampliando a possibilidade de participação social e desenvolvimento mental, capacitando os alunos que se encontram no cárcere a exercerem seu papel de cidadão do mundo.

Desta feita, espera-se que esta pesquisa venha a ser um referencial para todos os professores da EJA, devido a sua relevância que está inserido na área de educação prisional, para que assim tenha a primordial função da pesquisa que é deixar um legado de informações e resultados, para que se tenha um estudo completo por área de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- Alvarenga, E.M. de. (2014). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos*. (2a ed., C. Amarilhas, Trad.). Assunción-PY: A4 Diseños
- Amapá. Decreto nº 1.399 de 01 de junho de 2004. Estabelece a criação da Escola Estadual São José (Arquivo escolar: pasta do Caixa Escolar). Núcleo de Práticas Restaurativas da Escola Estadual São José. Define os Objetivos e ações executadas, 2017, (Arquivo escolar- EESJ)
- Arruda, W.de A. Sistema penitenciário brasileiro não ressocializa seus egressos. Boletim de notícias Conjur (2016). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-out-12/welington-arruda-prisoes-brasil-nao-ressocializam-egressos> Acesso em 04.jan.2021
- Brasil (2014). Secretaria de Estado da Educação (Seed/GEA). Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas (2014). Macapá - AP: Secretaria de Estado de Educação; Coordenadoria de Educação Específica; Secretaria Adjunta de Políticas de Educação.
- \_\_\_\_\_. (2017). Plano Estadual de Educação Para o Sistema Penitenciário Amapaense. Secretaria de Educação do Estado do Amapá e Secretaria de Segurança Pública.
- \_\_\_\_\_. (2019). Projeto Cidadania. Define os objetivos e ações executadas na Escola Estadual São José. (Arquivo escolar: Ata da coordenação pedagógica-EESJ)
- \_\_\_\_\_. (2018). Projeto Família. Define os objetivos e ações executadas na Escola Estadual São José. (Arquivo escolar: Ata da coordenação pedagógica-EESJ)
- \_\_\_\_\_. (2020). Projeto Cidadania. Define os objetivos e ações executadas na Escola Estadual São José. (Arquivo escolar: Ata da coordenação pedagógica-EESJ)
- \_\_\_\_\_. (2002). Lei 0609/2001, de 6 de julho de 2002. Transforma o complexo penitenciário em autarquia. Macapá, 2002. Lei nº 1.230 de 29 de maio de 2008. Garantir a efetivação do processo de educação formal e seus desdobramentos, no nível de Ensino Básico.
- \_\_\_\_\_. (2008). Lei n.º 1282, de 22 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Estadual de Educação.
- \_\_\_\_\_. (2015). Resolução 57 de junho de 2015. Conselho Estadual de Educação. Macapá.
- \_\_\_\_\_. (2014). Resolução n.º 55 de 17 de setembro de 2014 - Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos das escolas públicas e privadas da Educação Básica e do Ensino Superior do Sistema de Ensino do Amapá.

- \_\_\_\_\_. (2014). Portaria 371/2014 de 14.07.2014 – GAB/SEED/AP. Institui a Coordenação de Educação Prisional na Secretaria de Estado da Educação do Amapá.
- \_\_\_\_\_. (2016). Lei nº 2.123, de 02 de Dezembro de 2016. Dispõe sobre a instituição do Programa Escola Melhor (PROEM) - O Dinheiro Direto Para Quem Cuida da Educação, no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. (2020). Termo de Cooperação Técnica nº 005 de 12 junho de 2020 – CNJ/TJAP/GEA. Dispõe sobre o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Estado do Amapá.
- \_\_\_\_\_. (1830). Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em 04.jan.2021
- \_\_\_\_\_. (1890). Decreto-Lei nº 847 de 11 de outubro de 1890. Código Penal Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm#:~:text=LIM%2D29%2D11%2D1832&text=LEI%20DE%2029%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201832.&text=Promulga%20o%20Codigo%20do%20Processo,da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20Civil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm#:~:text=LIM%2D29%2D11%2D1832&text=LEI%20DE%2029%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201832.&text=Promulga%20o%20Codigo%20do%20Processo,da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20Civil). Acesso em 25.mar.2021
- \_\_\_\_\_. (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm/) Acesso em 13.fev.2021
- \_\_\_\_\_. (1940). Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=%C3%89%20isento%20de%20pena%20quem,existisse%2C%20ornaria%20a%20a%C3%A7%C3%A3o%20leg%C3%ADtima.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20N%C3%A3o%20h%C3%A1%20isen%C3%A7%C3%A3o,%C3%A9%20pun%C3%ADvel%20como%20crime%20culposo./> Acesso em 17.abr.2021
- \_\_\_\_\_. (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm/) Acesso em 17.abr.2021
- \_\_\_\_\_. (1957). Lei nº 3.274 de 2 de outubro de 1957. Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, n.º XV, letra b, da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspetora Geral Penitenciária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-)

1969/13274.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.274%2C%20DE%202%20D E%20OUTUBRO%20DE%201957.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20 Normas%20Gerais%20do,atribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20Inspetora%20 Geral%20Penitenci%C3%A1ria. Acesso em 17.abr.2021

- \_\_\_\_\_. (1984). Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm) Acesso em 04.jan.2021
- \_\_\_\_\_. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/) Acesso em 20.jun.2021
- \_\_\_\_\_. (1996). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em 20.jun.2021
- \_\_\_\_\_. (2000). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf) Acesso em 20.jun.2021
- \_\_\_\_\_. (2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_. (2010). Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECEBN22\\_010.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN22_010.pdf) Acesso em 25.jun.2021
- \_\_\_\_\_. (2011). Decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm) Acesso em 03.ago.2021
- \_\_\_\_\_. (2011). Lei nº 12.433 de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2011/lei/112433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2011/lei/112433.htm) Acesso em 03.ago.2021
- \_\_\_\_\_. (2012). Ministério da Justiça. Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Levantamento nacional de informações penitenciárias (2012).

Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias> Acesso em 14.set.2021

- \_\_\_\_\_. (2013). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.
- \_\_\_\_\_. (2016). Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica Resolução nº 4, de 30 de Maio de 2016. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro. Disponível em:  
[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECEBN42016.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN42016.pdf) Acesso em 14.set.2021
- \_\_\_\_\_. (1769) Carta Régia de 8 de julho de 1769, dirigida ao marquês do Lavradio mandando criar na cidade do Rio de Janeiro uma casa de correção destinada a receber homens e mulheres considerados ociosos e desordeiros pelas autoridades coloniais. Disponível em:  
[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4818:casa-de-correcao&catid=201&Itemid=215](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4818:casa-de-correcao&catid=201&Itemid=215) Acesso em 04.jan.2021
- Bucci, M.P.D (1997). Políticas públicas e direito administrativo. *Revista de informação legislativa*. Volume 34 (p. 89-98) Brasília a. 34 n. 133 jan./mar. 1997. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/36019625/\\_BUCCI\\_Direito\\_administrativo\\_e\\_politicas\\_publicas\\_Cap\\_4\\_?from=cover\\_page](https://www.academia.edu/36019625/_BUCCI_Direito_administrativo_e_politicas_publicas_Cap_4_?from=cover_page) Acesso em 03.mar.2021
- Campoy, T.J. (2018). *Metodología de la investigación científica. Manual para elaboración de tesis y trabajos de investigación*. Assunción-PY: Marben Editora y Gráfica S.A
- Centurión, D. (2015). *Manual abreviado de método e estilo: guia para a elaboração de teses e dissertações baseadas em normas acadêmicas internacionais*. Curitiba-PR: Editora CRV
- Conferência internacional sobre a educação de adultos. (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): *Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. 67p. Série SESI/UNESCO – Educação do Trabalhador.
- Duarte, N. (1998). *Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar*. Cadernos CEDES. p. 44.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes. 288p.

- Freire, P. (1979). *Educação e mudança*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 27 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Pedagogia do Oprimido*. 42.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Freitas, M. T. A. (2002). *Abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 24-25, jul.
- G1. (2017). Raio X do sistema prisional em 2017. 06/01/2017. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/raio-x-do-sistema-prisional/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- Gadotti, M. (2000). *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Editora.
- Gasparin, J.L. (2011). *Uma Didática Para Pedagogia Histórico Crítica*. Edição Revista.
- Jardim, W. R. de S. (2005). *Dificuldades de aprendizagem no ensino Fundamental*, São Paulo: Editora Loyola.
- Maeyer, M. de. (2006). Na Prisão Existe a Perspectiva da Educação ao Longo da Vida? *Alfabetização e Cidadania*. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, n. 19, p. 17-47.
- Martins, L. M. (2013). *Os Fundamentos Psicológicos da Pedagogia Histórico-Crítica e os Fundamentos Pedagógicas da Psicologia Histórico-cultural*, p. 130-143.
- Melo-Silva, L.L., (2008). Ética e competência na prática da orientação profissional. Em: Melo-Silva, L.L., Santos, M. A., Simões, J. T. & Avi, M.C. *Orientação profissional: Teoria e prática - Arquitetura de uma ocupação* (Vol. 1). São Paulo: Editora Vetor. p. 69-90.
- Oliveira, E. (2013). *O Futuro Alternativo das Prisões*. Rio de Janeiro, Editora Forense.
- Onofre, E. M. C. (2011). Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas*. São Carlos: Editora EDUFSCar.
- Penna, M. G. de O. (2003). *O Ofício de Professor: ambiguidades do exercício da docência por monitores-presos*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p.33
- Sánchez, V. A. (2008). *Ética* / Adolfo Sánchez Vázquez; tradução de João Dell'Anna. – 37ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

- Salla, F. (1999). *As prisões em São Paulo: (Prisons in São Paulo) 1822-1940*. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n° 11, Jan/Jun 2004, p. 328-342. São Paulo: Editora Annablume/Fapesp, p. 67
- Saraiva, K; Lopes, M. C. (2011). *Educação, inclusão e reclusão. Currículo sem fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 14-33, São Paulo: Editora Cortez.
- Saviani, D. A. (2011). *Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Escolar. Primeiras Aproximações*, 11ª ed. São Paulo: Editora Cortez.
- \_\_\_\_\_. (1997). *A função docente e a produção do conhecimento. Educação e Filosofia*, 11 (21,22),127-140, São Paulo: Editora Cortez.
- Scarfó, F.; Breglia, F.; Frejtman, V. (2011). Sociedade Civil e educação pública nos presídios: questões para reflexão. In: Lourenço, A. da S.; Onofre, E. M. C. (Orgs.). *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas*. São Carlos: EDUFSCar.
- Severino, A.J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. (23ª ed.) São Paulo: Editora Cortez.
- Silva, T. T. e Moreira, A. F. (2011). Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: Moreira, A. F.; Silva, T. T. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Editora Cortez, p. 92
- Souza, C. (2006). *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. p.26
- Takada, M.Y. (2010). *Evolução histórica da pena no Brasil*. ETIC-Encontro De Iniciação Científica, v. 6, n. 6.
- Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Thompson, A. (1980). *A questão da penitenciária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense. p.64.
- Unicef. Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em 04.jan.2021
- Vasquez, E.L. (2010). *Sociedade Cativa. Entre cultura escolar e cultura prisional: uma incursão pela ciência penitenciária*. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Viana, I.O.A. (2001). *Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica*. São Paulo: E.P.U.
- Vygotsky. L.S. (1991). Formação social da mente. Capítulo 4. *Internalização das Funções Psicológicas Superiores*. Martins Fontes. São Paulo.



**ANEXO 1: Questionário Aplicado aos Alunos da EESJ-IAPEN**

As colunas com SIM e NÃO devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. No caso de a questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa.

Dados Social Demográfico: Corpo Discente	
1	Idade <input type="checkbox"/> 18 a 24 anos <input type="checkbox"/> 22 a 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 40anos <input type="checkbox"/> 41 a 50 anos <input type="checkbox"/> 51 a 60 anos
2	Cor de Pele: <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> Oriental
3	Religião <input type="checkbox"/> Católica <input type="checkbox"/> Evangélica <input type="checkbox"/> outras
4	Origem: Região <input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro Oeste <input type="checkbox"/> Sudeste <input type="checkbox"/> Sul
5	Estado Civil: <input type="checkbox"/> Casado

- |                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Solteiro<br><input type="checkbox"/> Divorciado<br><input type="checkbox"/> Viúvo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Sobre as a comparação das práticas educativas quanto a avaliação da aprendizagem através do índice de reprovação e aprovação. Corpo Discente

<b>COMO VOCÊ CLASSIFICA SEU RELACIONAMENTO NA ESCOLA COM:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Bom</b>	<b>Ruim</b>
01. Seus colegas		
02. Seus professores		
03. A direção EESJ		
04. A coordenação pedagógica		
05. Os funcionários policiais penais / retirada da cela p escola		

<b>COMO VOCÊ CLASSIFICA OS SEGUINTE ASPECTOS DA ESCOLA:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Bom</b>	<b>Ruim</b>
01. Organização		
02. Segurança/IAPEN		
03. Qualidade do ensino ofertado		
04. Limpeza		
05. Aparência do prédio		
06. Espaço escolar (salas de aula/ pátio/ quadras de atividade social)		

<b>CONSIDERANDO A MAIORIA DE SEUS PROFESSORES, VOCÊ PERCEBE QUE ELES:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Nunca</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Frequentemente</b>
01. Incentivam os alunos a melhorar			
02. Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos			
03. Dão oportunidade aos alunos para exporem opiniões nas aulas.			
04. Relacionam-se bem com os alunos			

<b>CONSIDERANDO A MAIORIA DE SEUS PROFESSORES, VOCÊ PERCEBE QUE ELES:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Nunca</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Frequentemente</b>
05. Continuam a explicar até que todos entendam a matéria			
06. Mostram-se interesse pelo aprendizado de todos os alunos			
07. Corrigem juntamente com a turma os exercícios que recomendam			
08. Auxiliar alunos com dificuldades nas matérias			
09. Demonstram domínio da matéria que ensinam			

<b>EM SALA DE AULA:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Nunca</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Frequentemente</b>
01. Acompanho a matéria exposta pelo professor			
02. Copio no meu caderno a matéria apresentada			
03. Fico à vontade para fazer perguntas			
04. Fico perdido durante a explicação do professor			
05. Converso com os colegas durante as aulas			
06. Discuto a avaliação realizada pelo professor			
07. Realizo as atividades que o professor propõe			

<b>USO DO TEMPO:</b> <b>COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ FAZ AS SEGUINTE COISAS:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Nunca</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Frequentemente</b>
01. Chega no horário na escola pela liberação IAPEN			
02. Falta às aulas			
03. Faz as tarefas escolares			
04. Frequenta a biblioteca			
05. Lê de novo o conteúdo das aulas			
06. Discute ou tira dúvidas com outros colegas			

07. Consulta dicionários, atlas ou enciclopédias			
08. Refaz questões que erra em exercícios e avaliações			
09. Participa de projetos ou atividades extraclasse sociais			
10. Estuda na cela			
11. Prefere realizar os trabalhos individualmente			

<b>A ESCOLA É O LUGAR ONDE:</b> (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	<b>Discordo</b>	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
01. Eu me sinto à vontade				
02. Vou porque sou obrigado para remissão de pena				
03. Eu me sinto um cidadão				
04. Aprendo a me organizar nos estudos				
05. Aprendo a raciocinar				
06. Aprendo a escrever textos				

<b>CONSIDERANDO ESTE ANO ESCOLAR, ASSINALE</b>	<b>Ciências</b>	<b>Matemática</b>	<b>Português</b>	<b>História</b>	<b>Geografia</b>	<b>Ed. Física</b>
01. Matérias que tenho mais dificuldade						
02. Matérias que tenho mais facilidade						
03. Matérias que mais gosto						
04. Matérias que menos gosto						
05. Matérias que acho mais importantes						
06. Matérias que acho menos importantes						

Análise da prática pedagógica desenvolvida pelos docentes...74

<b>Para você</b>	<b>Não tem importância</b>	<b>Pouca importância</b>	<b>Importante</b>	<b>Decisiva</b>	<b>Não sei</b>
01.Qual a importância do Estudo para seu futuro?					

**ANEXO 2: Questionário Aplicado aos Docentes da EESJ-IAPEN**

<b>Dados Social Demográfico: Corpo Decente</b>	
1 Formação	
Magistério:	<input type="checkbox"/> sim      não <input type="checkbox"/>
Graduação:	<input type="checkbox"/> sim      não <input type="checkbox"/> área _____
Pós-graduação	<input type="checkbox"/> sim      não <input type="checkbox"/> área _____
Mestrado:	<input type="checkbox"/> sim      não <input type="checkbox"/> área _____
Doutorado :	<input type="checkbox"/> sim      não <input type="checkbox"/> área _____
Que disciplina leciona: _____	
2 Há quanto tempo atua como professor da EJA da rede pública de ensino?	
<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 11 a 15anos	
<input type="checkbox"/> 16 a 21anos <input type="checkbox"/> 22 a 30 anos	
3 Idade	
<input type="checkbox"/> 21 a 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 40 anos <input type="checkbox"/> 41 a 50 anos	
<input type="checkbox"/> Mais de 50 anos	
4 Sexo	
<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	

<b>Descrever a pratica pedagógica utilizados pelos docentes para a qualificação, diversidade e inserção social: Corpo Docente</b>
01-O plano de ensino anual é elaborado a partir de modelo da matriz curricular encaminhado pela Secretaria Estadual de Educação?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
02- O Plano de ensino mensal é adequado de acordo com as peculiaridades do ambiente prisional?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
03- Há integração entre os servidores prisionais e os docentes, na qualificação do ensino de modo que estes saibam lidar com as características inerente ao alunado?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
04- A coordenação Pedagógica da Escola aborda temática com os docentes diretamente vinculadas à EJA nas prisões?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente

05- A proposta pedagógica diversificada atende a demanda do aluno apenas na concretização da aprendizagem?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
06- Participou de formação continuada para desempenhar a prática docente em escola no sistema prisional?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
07- De acordo com proposta curricular e planejamento é possível perceber que os alunos construíram as competências já trabalhadas?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
08- A proposta Educacional na modalidade de ensino EJA contribui com a reinserção social do aluno apenas?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
09- Há elaboração de projetos de interdisciplinaridade de acordo com a realidade do ambiente prisional?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
10- O Ensino ofertado no sistema penitenciário tem somente o intuito de alfabetizar e diplomar os alunos apenas?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
11- A formação docente influencia no desenvolvimento da prática pedagógica?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
12- Organiza projetos, jogos ou outras atividades propostas de reinserção social?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
13- Utiliza diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
14- Participa de ciclo de estudo e encontro pedagógico?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
15- Há elaboração de ações pedagógicas de acordo com o projeto político pedagógico da Escola-EESJ?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente

**Identificar quais as dificuldades vivenciadas pelo docente ao estruturar a prática pedagógica: Corpo Docente**

01- Participou de formação continuada para desempenhar a prática docente em escola no sistema prisional?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
02- O Ensino ofertado no sistema penitenciário tem somente o intuito de alfabetizar e diplomar os alunos apenado?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
03- A carga horária desenvolvida na EESJ é adequada ao cotidiano do ambiente penal?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
04- A carga horária é cumprida de acordo com a matriz curricular do EJA prisional?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
05- Há integração entre os servidores prisionais e os docentes, na qualificação do ensino de modo que estes saibam lidar com as características inerente ao alunado?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
06- A formação docente influencia no desenvolvimento da prática pedagógica?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
07- O Instituto Penal participa das decisões educacionais referente a qualidade ensino ofertada na escola - EESJ?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
08- Participa de ciclo de estudo e encontro pedagógico?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
09- Elabora a ação pedagógica de acordo com o projeto político pedagógico da Escola-EESJ?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
10- Participa de forma democrática das ações pedagógica proposta pela coordenação?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente

**Comparar a prática pedagógica no ambiente prisional com o nível de aprovação e reprovação do aluno: Corpo Docente**

01- A estrutura da escola promove a concretização da aprendizagem do aluno apenado?  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
02 - Há um levantamento sobre o nível de aprovação do aluno para diagnosticar o rendimento escolar? IAPEN/EESJ  <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente



<p>03- Com que frequência você avalia os alunos por: Provas escritas?</p> <p>( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Bimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Nunca ou não uso.</p>
<p>04- Com que frequência você avalia os alunos por: Julgamento pela observação da participação e disciplina nas aulas?</p> <p>( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Bimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Nunca ou não uso.</p>
<p>05- Com que frequência você avalia seus alunos por: Registro do desempenho do aluno nas aulas de recuperação/oficinas curriculares? IAPEN-EESJ</p> <p>( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Bimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Nunca ou não uso.</p>
<p>06- Há uma revisão com os alunos das avaliações propostas?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>
<p>07- A logística de segurança, quando não compartilhada com a Gestão escolar atrapalha o ritmo do processo de ensino aprendizagem?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>
<p>08- As condições de trabalho no âmbito prisional influenciam na qualidade do ensino e no processo de ensino aprendizagem?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>
<p>09- Na sala de aula os alunos conseguem acompanhar as atividades propostas?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>
<p>10- Na sala de aula o aluno segue as regras de convivência?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>
<p>11- Na sala de aula os alunos respeitam as regras de convivência da escola?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>
<p>12- Na sala de aula utiliza diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades?</p> <p>( ) sim ( ) não ( ) parcialmente</p>

**ANEXO 3: Imagem 1 EJA no IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

**ANEXO 4: Imagem 2 Docentes EJA no IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

**ANEXO 5: Imagem 3 Materiais Didáticos da EJA no IAPEN**



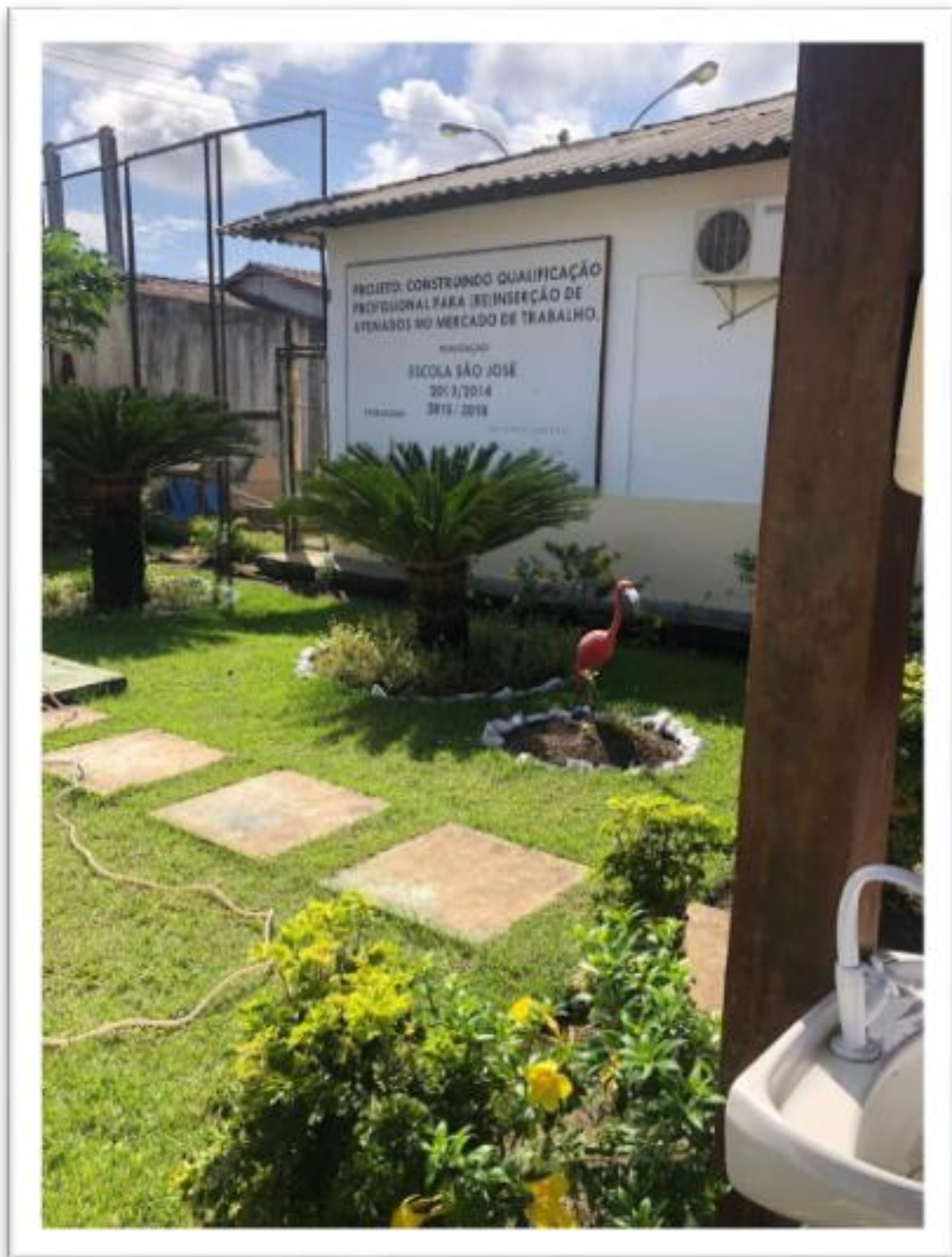
Fonte: Dados da pesquisa

**ANEXO 6: Imagem 4 Discentes da EJA no IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa

**ANEXO 7: Imagem 5 Instituto de Administração Penitenciária do Amapá-IAPEN**



Fonte: Dados da pesquisa